

24/07/2019

Grande Imprensa

R7

[SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Ministro da Educação quer contratar professor sem concurso em universidades](#)

BAHIA POLÍTICA - BA

[Professor da rede estadual participa de formação pedagógica internacional no Canadá](#)

G1

[Prova de revalidação de diploma médico terá duas edições anuais e repescagem para reprovados na 2ª etapa](#)

GR NOTÍCIAS

[SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país](#)

NOTÍCIA EXATA - MT

[Estão abertas inscrições para tutores a distância UAB/Unemat](#)

PORTAL EXAME

[Cláudia Costin - Risco do Future-se é MEC parar de investir na universidade](#)

O DIA - RJ

[Confira quais áreas podem ser mais afetadas pelo novo corte do governo](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Artigo : O futuro das Federais](#)

G1

[Aluna da Ufopa recebe menção honrosa na USP por pesquisa sobre redes sociais e movimento antivacina](#)

PANORAMA FARMACEUTICO

[Com PIB minguando, governo corta mais R\\$ 1,44 bilhão no Orçamento](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Governo trabalha para evitar paralisação de serviços, diz secretário](#)

JM ONLINE - SP

[Devido a expectativa de PIB menor, governo anuncia bloqueio de R\\$ 1,44 bilhão no orçamento](#)

PORTAL ISTOÉ

[Governo trabalha para evitar paralisação de serviços, diz secretário](#)

TERRA

[Especialistas defendem dados de monitoramento da Amazônia divulgados pelo Inpe](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo trabalha para evitar paralisação de serviços, diz secretário](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Moral e cívica divide a Justiça](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[MEC quer financiar com verba de cultura pesquisa feita em universidade](#)

[Ministro da Educação quer contratar professor sem concurso em universidades](#)

[MEC diz repudiar violência após discussão de Weintraub com manifestantes](#)

[Juiz usa violência do Rio como argumento para tirar guarda de mãe que mora na favela](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O MEC se move](#)

[De férias no Pará, ministro da Educação se envolve em discussão com manifestantes](#)

[Sem diploma e sem professores, mas com muita exigência](#)

O GLOBO - RJ

[A política do expurgo](#)

[Governo e centrão negociam dois cargos-chave](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[A busca de nova missão para o BNDES](#)

CORREIO POPULAR - SP

[Boa notícia na Educação, após as polêmicas](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Senac investe R\\$ 73 mi em faculdade](#)

MEIO NORTE - PI

[8ª edição do Cinepsi discute o racismo](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Portaria do MEC não tira das federais autonomia de nomear pró-reitores](#)

G1

[UFTM define nomes para ocuparem as pró-reitorias na nova gestão](#)

METRÓPOLES

[Desde que assumiu, chefe do FNDE viajou, em média, a cada quatro dias](#)

PORTAL ISTOÉ

[De férias no Pará, ministro da Educação se envolve em discussão com manifestantes](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Cantando na chuva e sem "comunistinhas": os 3 meses de Weintraub no Twitter](#)

[De férias no Pará, ministro da Educação se envolve em discussão com manifestantes](#)

R7 - TEMPO REAL

SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país

Considerado um dos principais eventos da área de pesquisa no país, o encontro anual vai até sábado no campi da UFMS

Ocorre desde domingo (21), em Campo Grande (MS), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a 71ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

Considerado o principal evento de pesquisa acadêmica do país, reúne professores e cientistas das mais diversas regiões. Até sábado (27), a programação inclui apresentação de trabalhos e debates sobre desafios à produção de conhecimento em distintos campos.

O encontro recebe conferências sobre variados assuntos, como impactos da privação do sono, métodos de análise da biodiversidade brasileira, doenças infecciosas em megacidades, cooperativismo no país, uso da robótica como recurso pedagógico em salas de aula e impactos do envelhecimento na assistência à saúde.

Mais de 18 mil pessoas se inscreveram para participar da reunião anual. Há uma média de 14 conferências e 15 mesas-redondas simultâneas a cada dia. Também haverá a apresentação de 688 trabalhos acadêmicos.

Nas áreas abertas ao público, serão realizados 44 minicursos, e estandes apresentam as produções de institutos de pesquisa vinculados ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). No sábado (27), último dia do encontro, o evento é aberto a todas as pessoas para que possam visitar a universidade e as exposições. “As crianças que vêm durante a semana e trazem os familiares. É uma forma de criar semente na criança”, disse o secretário-geral da SBPC, Paulo Hoffmann.

Afro e indígena

O encontro conta com um conjunto de atividades voltadas especificamente às populações e temáticas afro-brasileiras e indígenas. Entre os temas das conferências e palestras, estão a preservação das línguas indígenas, os impactos das ações afirmativas na academia e na produção científica, a atuação de intelectuais negras, cosmovisões de povos como os Guarani e os desafios às comunidades quilombolas no caso do acordo de salvaguardas envolvendo a base na cidade de Alcântara (MA).

Publicidade

Fechar anúncio Política de C&T

Uma parte importante das atividades do encontro é voltada a temas relacionados à área de Ciência e Tecnologia, das formas de produção de conhecimento nas universidades às maneiras de diálogo com a sociedade. Entre as mesas-redondas estão impactos sociais de ciência e tecnologia, perspectiva da pesquisa na pós-graduação e instrumentos de financiamento do setor.

Na abertura da reunião, em cerimônia ontem (21), a situação da C&T perpassou a fala de representantes de diversos segmentos. O ministro interino da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Julio Semeghini, apresentou iniciativas da pasta, como o programa Ciência na Escola, e defendeu a união das entidades do setor para mostrar a importância da área e para recuperar o orçamento do setor.

“Temos que aproveitar os esforços todos para trabalhar em rede. Vemos aqui uma diversidade muito grande. Que a gente consiga mostrar para os congressistas para voltar a ter uma relação de investimento sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 2%, quando hoje estamos perto de 1%”, disse o ministro.

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, destacou a importância da realização do evento em um quadro que caracterizou como um “momento difícil, de crise, da ciência brasileira”. “Estamos vivendo cortes acentuados no orçamento. Não podemos deixar de defender a ciência neste momento”, disse, acrescentando que a entidade vai continuar lutando também pela educação pública, gratuita e de qualidade.

A presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia da Silva, também abordou a falta de investimentos no setor, questionando cortes em bolsas de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. “Capes e CNPq são patrimônios da ciência brasileira e precisam ser preservadas”, defendeu.

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ministro da Educação quer contratar professor sem concurso em universidades

Weintraub diz ainda que haverá critérios diferentes para instituições terem acesso a verba do Future-se, mas não detalha

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, quer separar o que considera o joio do trigo nas universidades brasileiras. Dois dias depois do anúncio de um novo programa para o ensino superior, Weintraub recebeu o UOL em seu gabinete para explicar pontos do projeto. Segundo ele, o novo projeto trará liberdades e autonomia para as instituições e diz estar aberto ao diálogo com a sociedade.

"A gente não está acabando com a universidade pública e muito menos privatizando. Estamos, sim, dando mais liberdade", afirma Weintraub.

Durante a entrevista, o ministro explorou três pontos do novo projeto. Batizado de Future-se, o primeiro programa do governo de Jair Bolsonaro (PSL) para a educação superior prevê estimular a captação de recursos privados pelas instituições de ensino, inserir a figura jurídica das OSs (organizações sociais) para gestão das universidades e formar um fundo soberano para administrar o patrimônio imobiliário ligado às reitorias.

Sobre a função das entidades privadas nas instituições federais, o ministro afirma que, se aprovado pelo Congresso Federal, o Future-se vai liberar a contratação de professores universitários sem concurso, via CLT, por meio de OSs.

Hoje, professores substitutos podem ser contratados por um processo de seleção simplificada, que é diferente do concurso. Administrado pela própria universidade, o processo exige qualificação, entrevista e prova de desempenho. A contratação pode ser feita por, no máximo, dois anos.

Em relação ao financiamento privado, Weintraub estima que a criação de um fundo soberano deve injetar ao menos R\$ 15 bilhões ao ano no orçamento das universidades, o que representaria 30% a mais de recursos nos caixas.

A divisão desse possível rendimento, porém, não seria feita da mesma forma para todas as instituições. Weintraub diz que estabelecerá critérios de desempenho diferentes para que cada uma das 63 universidades federais para acesso ao dinheiro extra. Perguntado, ele citou alguns dos critérios, mas não especificou os pesos que seriam dados a cada um deles e nem como seria feito esse monitoramento.

O ministro recebeu a reportagem na sexta-feira, um dia antes de tirar uma semana de férias.

O anúncio do Future-se foi feito em meio a um contingenciamento de 30% no orçamento discricionário (que envolve gastos como luz e água, mas não salários) das universidades.

Como o senhor avalia a repercussão do anúncio do novo programa entre reitores e especialistas de educação?

Eu acho que foi bem positivo. A gente tem conversado com todos os reitores há bastante tempo. Não houve nenhuma crítica pontual a um assunto específico técnico. Quando aparece alguma crítica, ela tende a ter mais uma visão geral de que isso seria o

fim da universidade pública no país e a privatização das federais. Que, numa primeira análise muito simples, a gente vê que é mentira, que a gente não está acabando com a universidade pública e muito menos privatizando. Estamos, sim, dando mais liberdade.

Há uma crítica de que o programa pode privilegiar universidades que ficam em grandes centros urbanos, deixando em desvantagem as do interior. O que pode ser feito?

Isso é verdade. Não dá para comparar o potencial, a atração econômica que você tem de uma Universidade Federal de São Paulo ou de uma Universidade Federal do Rio de Janeiro com uma universidade, por exemplo, do Acre.

A gente está atento a isso, por isso que as régulas e os patamares de desempenho não vão ser similares para todos. Mas alguns critérios, como a taxa de sucesso na manutenção do aluno que entra e passa no vestibular, serão iguais para todos. Por incrível que pareça, os piores desempenhos estão nas universidades do Sul. A gente acha que é perfeitamente contornável.

Uma outra coisa que é importante é não ter preconceito. Quando você, por exemplo, pensa: "mas uma universidade em Santarém não tem esse potencial", é o oposto. A gente falou com o reitor da Universidade Federal do Oeste do Pará, [que] fica em Santarém, na beira do rio Amazonas —a junção da água do Amazonas com o Tapajós—, e justamente lá é onde tem um potencial gigantesco. Empresas internacionais querem explorar a biodiversidade da Amazônia cientificamente, ou mesmo empresas nacionais, como Boticário e Natura.

A Andifes [Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior] disse que os reitores não foram consultados para a construção desse projeto. É verdade?

Não é verdade que eles não foram consultados. É uma afirmação, se ela houve —eu não fiquei sabendo— mentirosa da Andifes. Nós temos prova material cabal de que os reitores estiveram aqui. Estiveram aqui para que o projeto fosse apresentado. Se essa afirmação aconteceu, que eu não tenho, não a vi, é uma afirmação mentirosa. [Procurada, a Andifes reiterou que desconhece a informação de que algum reitor tenha sido convidado para a formulação do programa.]

O MEC tem um plano de transição para as universidades que decidirem aderir ao programa?

A gente tem o plano todo fechado, mas não estamos impondo absolutamente nada. A gente abriu consulta pública. Caso tenha alguma sugestão, pode encaminhar.

Nosso objetivo, ao final, é colocar as universidades brasileiras em um patamar que as permita competir, gerar riqueza, bem-estar, conhecimento, igual a um país que esteja na Europa, na América do Norte, Canadá, Austrália, Israel.

E, hoje, é importante ter em mente: as universidades federais brasileiras têm uma taxa de insucesso na formação do aluno muito grande. Mais da metade dos alunos que entram em uma universidade federal não se forma. [Dados do Censo da Educação Superior de 2015, os mais recentes sobre evasão no ensino superior, apontam que a taxa

de desistência dos alunos chegou a 49% em 2014.] Isso é o dinheiro do pagador de imposto, no tocante à educação, jogado na privada. Quando o aluno não se forma, [o dinheiro] foi jogado na privada.

Na geração de conhecimento científico, é outra mentira que nós estamos no topo. É mentira isso. Nós estamos em 14º no mundo na produção física de papel acadêmico. Mas, quando a gente vê e pondera pela qualidade, isto é, em número de citações, a gente está em 78º dos 90 países do mundo que fazem a análise.

As nossas universidades têm muito trigo, têm muita coisa boa. Mas a média não está bem. Tem muito joio, principalmente quando a gente leva em conta o custo.

Quais vão ser os critérios analisados para a distribuição de recursos do Future-se?

Produção acadêmica que presta. Veja, a produção acadêmica tem que ter alguma citação, tem que ter alguma consequência, não só o papel escrito e timbrado. O paper tem que ser publicado em uma revista ranqueada, não pode ser em uma revista desprestigiada.

Outro critério: patentes. Outro critério: desempenho acadêmico puro. A gente quer criar também startups [empresas nascentes]. Que o aluno, que o aprendizado dele seja transformado em empreendimentos. Com startups, essa é a fronteira hoje das universidades lá fora. O aluno não sai buscando um emprego público ou privado. Ele aprende e vê como transformar esse aprendizado dele em bem-estar e riqueza.

Então, são vários critérios. E, obviamente, a gente vai ter que cobrar uma melhora dos indicadores de performance na educação dos alunos. Mais de 50% de desistência está errado.

Mas vão ser dados pesos diferentes a esses critérios? Como vai funcionar na prática?

A gente tem toda a apresentação técnica dos pesos, dos critérios. Estamos no período de consulta pública para as universidades darem as sugestões, porque não é fechado, isso ainda pode ser modificado facilmente.

A gente começa com esses critérios. E esses critérios, "pô, tá muito pesado", vai mudando. Não é uma coisa estática, é uma coisa dinâmica.

Por exemplo, o ensino a distância, hoje, é fronteira. Por que não uma parte das aulas o aluno pode ter de professores da Universidade de Harvard, a distância —faz a prova local e recebe os créditos para se formar? Isso é uma possibilidade real que acho que agrega muito valor e conhecimento para os alunos.

Em vez de ter aula com um professor que está lá, desatualizado, não preparou as aulas, não fez a coisa como deveria fazer, que acontece —existe um percentual de professores que não prepara aula. Ele [aluno] pode ter uma aula em Harvard, passa no exame e comprova que tem o conhecimento daquela matéria. Essa é uma realidade que a gente quer trazer para critérios objetivos.

A proposta não limita onde as Organizações Sociais vão poder atuar dentro da estrutura

das universidades. Qual vai ser o papel das OSs? Existe alguma área na estrutura da universidade em que uma OS não poderá atuar?

A princípio, o Future-se é liberdade. Universidade é liberdade, tenho que ter liberdade para pesquisar, estudar, para fazer o que eu quero. Óbvio, desde cumpridas as leis do país, porque existe autonomia universitária e autonomia universitária não é soberania. Se o país proíbe o consumo de drogas, a universidade não pode ser área livre para consumo de drogas.

O projeto quer a liberdade para as pessoas poderem buscar parceria, criar, buscar patrocinadores. Fazer startups dentro do ambiente universitário. De uma forma institucional, legalizada, deixando uma parte do recurso com a sociedade, através da universidade, através do estado.

O projeto permite um maior grau de liberdade para você buscar essa fluidez com a sociedade. E não ser a torre de marfim que hoje ela é. Isso tem que ser um ambiente onde todo mundo consiga entrar, discutir. Um padeiro, por que não, entrar em uma universidade e discutir uma levedura nova para o pãozinho dele na padaria. Isso é uma coisa que uma startup de um estudante de química ou biologia pode ajudar.

É isso que a gente quer, que um padeiro pense "pô, eu estou querendo desenvolver uma coisa nova, vou dar um pulo lá na federal". Uma costureira vai dizer, "ouvi falar de um tecido mais resistente a calor, ou que muda de cor, vou lá na federal ver o que posso fazer". E ela vai chegar nas incubadoras, vai falar com os alunos, e o aluno vai chamar um professor para tentar ajudar.

E por que você vai ter toda essa boa vontade —porque, se der certo, eles vão ganhar dinheiro com isso. O professor e o aluno. Separando o quê? O joio do trigo.

Tem gente que trabalha nas federais? Tem. Tem gente inteligente que cria coisas? Tem. Mas tem gente que está encostada lá, fazendo talvez coisas não adequadas para um ambiente público? Sim.

Na prática, em que áreas as organizações sociais vão atuar especificamente?

Parcerias.

Com o quê, em que área? Gestão, ensino? As organizações sociais vão poder atuar na área de ensino das universidades?

Na pós-graduação, pode. Hoje, você já pode. Hoje, a legislação de governos passados já permite a cobrança de pós-graduação para mestrados. Só que não sai do papel, porque o dinheiro entra e fica preso no Tesouro Nacional. Então você não tem um estímulo para o pessoal se mexer e correr atrás. E a gente quer quebrar isso através das OSs, permitindo que o dinheiro vá direto para quem gerar a receita e uma parte fica para a universidade.

Com isso a gente acha que consegue subir o critério, subir o montante de recursos captados para padrões lá [de] fora, das universidades públicas no exterior que fazem a mesma coisa. Quando você compara com América do Norte e Europa, você vê que de 30% a 80% dos recursos das universidades que são do estado vem de parcerias, vem de

captação de recursos da iniciativa privada. Através de cobrança de curso de pós-graduação, de parceria, de patrocinador. Através de patronos. Um zilhão de coisas que as OSs vão poder fazer.

O objetivo, então —vamos fazer uma conta simples. Se nós tivermos o desempenho das piores universidades lá fora, públicas, a gente poderia aumentar o recurso para as nossas universidades em de R\$ 15 a R\$ 20 bilhões por ano.

Mas a organização social vai ter autonomia para contratar professor universitário? Ela vai atuar nessa parte do ensino?

Vai poder trazer professor de fora. Vai poder contratar, sim.

Na graduação?

Como é o caso da Ebserh [Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que gerencia os hospitais universitários]. A gente não está inventando a roda. A gente está trazendo uma série de ideias que tem lá fora, adaptando a legislação brasileira e as características brasileiras, modernizando alguns aspectos e implementando.

A Ebserh é exatamente esse modelo. Os hospitais universitários, hoje, têm fila para se tornarem hospitais [da Ebserh].

Será que funciona? Na Ebserh funciona. A Ebserh está debaixo do MEC e a gente está simplesmente modernizando, ampliando e fortalecendo, no aspecto da gestão, o modelo da Ebserh, que funcionou, que é um sucesso. No começo, teve críticas retumbantes. "Ah, mas vão privatizar os hospitais universitários, vai ser o capitalista malvado, vai faltar remédio nos hospitais universitários." Hoje é o oposto. Deu muito certo, aqueles críticos se calaram e hoje estão batendo na porta e falando: "Será que eu não posso entrar?"

Com as OSs tendo autonomia para trazer professores universitários de fora, isso faz com que eles venham sem concurso? Eles vão vir por regime CLT? Como vai funcionar?

Não, veja. Quem hoje é professor, para quem hoje está concursado, nada muda. Continua concursado, continua mantido, continua absolutamente como está. Quero trazer um professor de Harvard para dar aula durante um tempo. A OS permite fazer isso. Quero contratar uma pessoa via CLT. A OS permite fazer isso, como o modelo da Ebserh permite fazer isso. Mas o modelo da Ebserh não transforma o funcionário em um funcionário da iniciativa privada. É simplesmente o modelo da contratação.

O receio dos reitores é de que, apesar de o programa ser de adesão voluntária, implique repasse menor de verbas. O MEC considera essa possibilidade?

A princípio, não. A gente não tem intenção nenhuma de reduzir os repasses. O que a gente vai fazer é libertá-los para conseguir recursos privados. Outra coisa que vai acontecer é que vai aumentar o grau de transparência. A gente vai atrás das contas e dos números. Tem que prestar contas. Por enquanto, a gente está chamando voluntariamente. Daqui a pouco, a gente vai atrás dos contratos. Tem algumas contas aí

que a gente está meio em dúvida para entender. E vamos aguardar.

Não vai haver nenhum tipo de retaliação às universidades que não aderirem ao plano?

De forma alguma. Quem faz retaliação, por incrível que pareça, usa a estrutura para perseguir, não é esse lado. Eu tenho o exemplo pessoal meu, que está bem documentado. Fui retaliado pelo meu posicionamento político. Ao mesmo tempo, depois que eu virei ministro, não houve absolutamente nada contra as pessoas que me perseguiram. Zero.

O MEC tem uma projeção do montante de recursos que pode ser gerado pelo fundo?

Se a gente tiver fracasso —vamos supor, deu errado—, a gente vai ter o pior desempenho que tem lá fora: [vamos ter] R\$ 15 bilhões.

topo ↕

BAHIA POLÍTICA - BA - TEMPO REAL

Professor da rede estadual participa de formação pedagógica internacional no Canadá

O professor de História, Maurício Quadros da Mota, do Colégio Estadual Deputado Herculano Menezes, localizado no bairro de Sussuarana, em Salvador, está representando a rede estadual de ensino na formação pedagógica internacional, no Colleges and Institutes (CICAN), no Canadá. O educador baiano participou da seleção realizada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)** para professores de todo o país. Ao todo, são 100 professores brasileiros em missão internacional, cuja duração será de oito semanas, com término previsto para 30 de agosto.

A iniciativa faz parte do Acordo de Cooperação, formalizado entre a **CAPES** e o CICAN, e tem como objetivo promover a capacitação de professores em efetivo exercício nas escolas públicas das redes estadual, municipal e distrital. Além do professor Maurício da Mota, outros cinco profissionais baianos de redes municipais participam do programa.

Maurício fala da importância da representatividade baiana em um programa internacional de Educação “É muito significativo representar o nosso Estado dentro e fora do Brasil em uma capacitação em que a troca de experiências e de novos aprendizados com os professores canadenses está acontecendo, também, entre os próprios professores cursistas. E, não obstante a isso, poder levar a nossa cultura, a nossa visão de mundo a outras pessoas e outros países. Está sendo importante, também, demonstrar que nós, professores do Estado da Bahia, temos sim capacidade de nos submeter a concursos e seleções nacionais e internacionais e sermos aprovados”.

O educador da rede ressalta, ainda, a importância da formação no Canadá para a sua carreira. “É a primeira vez que saio do país na condição de professor para uma formação profissional. Com esta oportunidade, posso aprender mais o inglês, já que o curso acontece no Canadá. Além disso, posso conhecer e aprofundar mais o entendimento de outras culturas, outras realidades socioeconômicas e históricas. Posso contribuir e também receber experiências que vão agregar a meus conhecimentos e, dessa forma, repercutir isso na minha sociedade e na minha escola, com meus alunos. Enfim, estou podendo aprimorar mais meu inglês, aprender sobre novas práticas educacionais, trocar

experiências com outros professores do Brasil e do Canadá”.

Sobre a formação – Os conteúdos da formação pedagógica no Canadá se dividem em duas estruturas fundamentais. O primeiro objetiva a formação e a compreensão da Língua Inglesa, ou seja, leitura, escrita, fala e entendimento. O segundo módulo visa a apresentação, o estudo e a prática de novos métodos de ensino, tomando como referência a experiência canadense. “No Canadá, em média, 25% da sua população é composta de imigrantes, e isto oportuniza aos canadenses um contato significativo com uma ampla gama de culturas. Tanto que é um país bastante progressista no respeito às diversidades, sejam elas étnicas, culturais, sociais, econômicas, de gênero e sexualidade, entre outras”, enfatiza o professor Maurício.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Prova de revalidação de diploma médico terá duas edições anuais e repescagem para reprovados na 2ª etapa

Em crise desde 2017, Revalida passou por modificações após dois meses de análise por grupo de trabalho.

O Revalida, exame aplicado pelo governo federal desde 2011 para médicos brasileiros e estrangeiros formados no exterior, será reformulado e agora vai permitir que candidatos reprovados na 2ª etapa (uma prova de habilidades clínicas) poderão refazer a edição seguinte sem precisar passar novamente pela 1ª etapa, da prova objetiva.

As mudanças foram anunciadas oficialmente na sexta-feira (19) pelo Ministério da Educação. O exame é um requisito para que pessoas com diploma de medicina emitidos fora do país possam exercer a profissão no Brasil.

O MEC agora passa a ser o realizador do exame, que até a edição mais recente era de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

Quem responde agora por ele é a Secretaria de Educação Superior (Sesu).

Duas edições por ano

O documento contendo todas as mudanças não foi divulgado, mas, segundo o MEC, a estrutura das provas do exame seguirá igual. As principais alterações, de acordo com nota divulgada pela pasta, são a "repescagem" dos candidatos que conseguiram ser aprovados na 1ª etapa, mas acabaram reprovados na 2ª parte, e o fato de que o Revalida terá agora duas edições por ano.

Historicamente, a etapa que mais reprova candidatos é a primeira, com questões objetivas.

Em 2018 e até agora em 2019 não foram realizadas novas edições do exame. O motivo é o fato de que a edição de 2017 sofreu diversos atrasos por causa de 1.337 ações judiciais movidas por candidatos, que adiaram a divulgação dos resultados da prova objetiva.

Como a segunda fase exige uma licitação própria e ela dependia do número de candidatos aprovados, o processo acabou se arrastando pelo ano de 2018 e a 2ª etapa foi aplicada apenas no fim do segundo semestre.

Além disso, problemas técnicos fizeram com que 46 candidatos de Brasília fossem obrigados a refazer a 2ª etapa. No fim, a edição de 2017 só foi concluída em maio de 2019, e teve a menor taxa de aproveitamento da história: menos de 6% dos participantes da 1ª etapa conseguiram a autorização para revalidar o diploma.

topo ↕

GR NOTÍCIAS - TEMPO REAL

SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país

Encontro anual vai até sábado na UFMS

Ocorre desde domingo (21), em Campo Grande (MS), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a 71ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Considerado o principal evento de pesquisa acadêmica do país, reúne professores e cientistas das mais diversas regiões. Até sábado (27), a programação inclui apresentação de trabalhos e debates sobre desafios à produção de conhecimento em distintos campos.

O encontro recebe conferências sobre variados assuntos, como impactos da privação do sono, métodos de análise da biodiversidade brasileira, doenças infecciosas em megacidades, cooperativismo no país, uso da robótica como recurso pedagógica em salas de aula e impactos do envelhecimento na assistência à saúde.

Mais de 18 mil pessoas se inscreveram para participar da reunião anual. Há uma média de 14 conferências e 15 mesas-redondas simultâneas a cada dia. Também haverá a apresentação de 688 trabalhos acadêmicos.

Nas áreas abertas ao público, serão realizados 44 minicursos, e estandes apresentam as produções de institutos de pesquisa vinculados ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). No sábado (27), último dia do encontro, o evento é aberto a todas as pessoas para que possam visitar a universidade e as exposições. “As crianças que vêm durante a semana e trazem os familiares. É uma forma de criar semente na criançada”, disse o secretário-geral da SBPC, Paulo Hoffmann.

Afro e indígena

O encontro conta com um conjunto de atividades voltadas especificamente às populações e temáticas afro-brasileiras e indígenas. Entre os temas das conferências e palestras, estão a preservação das línguas indígenas, os impactos das ações afirmativas na academia e na produção científica, a atuação de intelectuais negras, cosmovisões de povos como os Guarani e os desafios às comunidades quilombolas no caso do acordo de salvaguardas envolvendo a base na cidade de Alcântara (MA).

Política de C&T

Uma parte importante das atividades do encontro é voltada a temas relacionados à área de Ciência e Tecnologia, das formas de produção de conhecimento nas universidades às maneiras de diálogo com a sociedade. Entre as mesas-redondas estão impactos sociais de ciência e tecnologia, perspectiva da pesquisa na pós-graduação e instrumentos de financiamento do setor.

Na abertura da reunião, em cerimônia ontem (21), a situação da C&T perpassou a fala de representantes de diversos segmentos. O ministro interino da Ciência, Tecnologia,

Inovações e Comunicações (MCTIC), Julio Semeghini, apresentou iniciativas da pasta, como o programa Ciência na Escola, e defendeu a união das entidades do setor para mostrar a importância da área e para recuperar o orçamento do setor.

“Temos que aproveitar os esforços todos para trabalhar em rede. Vemos aqui uma diversidade muito grande. Que a gente consiga mostrar para os congressistas para voltar a ter uma relação de investimento sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 2%, quando hoje estamos perto de 1%”, disse o ministro.

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, destacou a importância da realização do evento em um quadro que caracterizou como um “momento difícil, de crise, da ciência brasileira”. “Estamos vivendo cortes acentuados no orçamento. Não podemos deixar de defender a ciência neste momento”, disse, acrescentando que a entidade vai continuar lutando também pela educação pública, gratuita e de qualidade.

A presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia da Silva, também abordou a falta de investimentos no setor, questionando cortes em bolsas de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. “Capes e CNPq são patrimônios da ciência brasileira e precisam ser preservadas”, defendeu.

topo ↕

NOTÍCIA EXATA - MT - TEMPO REAL

Estão abertas inscrições para tutores a distância UAB/Unemat

Estão abertas inscrições para seleção de cadastro de reserva de tutores a distância para atuarem nos Cursos de Graduação da Universidade Aberta do Brasil/Universidade do Estado de Mato Grosso (UAB/Unemat). O valor da bolsa de estudo e pesquisa para os tutores é de 765 reais mensais pelo período de um a quatro meses, podendo ser prorrogáveis. A concessão e o pagamento da bolsa são de responsabilidade da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior** do Ministério da Educação e Cultura (Capes/MEC).

Pode concorrer a vaga de tutor a distância interessados que possuam formação exigida para a vaga a qual se inscreverem; experiência mínima de um ano no magistério do ensino básico ou superior; ter disponibilidade de, no mínimo, 16 horas semanais e de um dia para participar de reunião pedagógica e curso de formação. Alunos matriculados em curso de graduação ofertado pela Unemat via Sistema UAB não podem participar do processo seletivo. É permitido ao bolsista possuir vínculo empregatício.

As inscrições são gratuitas e feitas exclusivamente pela internet, até às 23h55 (horário oficial de MT) do dia 31 de julho, por meio de formulário disponível em: dead.unemat.br/portal. O candidato poderá se inscrever somente para uma vaga do semestre letivo 2019/2 e uma para o semestre letivo 2020/1.

A seleção prevista no Edital 010/2019-Unemat/Proeg/Dead/UAB de Cadastro de Reserva para a função de tutores a distância, prevê a atuação nos cursos de graduação em: Licenciatura em Artes Visuais, Ciências Biológicas, Geografia, História, Letras com habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, Letras com habilitação em Língua e Literaturas de Língua Portuguesa e Língua Espanhola, Matemática e Pedagogia, e em: Bacharelado em Administração Pública, Ciências

Contábeis, Sistemas de Informação e Turismo.

O processo seletivo terá duas etapas: Análise das Inscrições e Avaliação de Títulos e Documentos. A Diretoria de Gestão de Educação a Distância e Coordenação UAB/Unemat realizará as etapas por meio de bancas examinadoras.

O resultado final será publicado no dia 29 de agosto de 2019 em dead.unemat.br/portal. Havendo surgimento de vaga a convocação dos candidatos aprovados se dará por Edital Complementar.

Fonte: Assessoria - Foto: Reprodução

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Cláudia Costin - Risco do Future-se é MEC parar de investir na universidade "Não existe modelo de universidade pública bancada, exclusivamente, por iniciativa privada", diz diretora do Centro de Políticas Educacionais da FGV São Paulo — Com o lançamento do programa Future-se na semana passada, o Ministério da Educação (MEC) abre uma nova fase da relação com as universidades federais.

Depois de divulgar bloqueios orçamentários como punição por “balbúrdia” (e receber protestos massivos como resposta), o ministro Abraham Weintraub lançou a ideia de utilizar dispositivos do mercado financeiro para que faculdades e institutos federais gerem recursos próprios.

A meta é reforçar o que já é feito em parceria com a iniciativa privada para que essa fonte de recursos, que rendeu R\$ 1 bilhão para as federais no ano passado, supere R\$ 100 bilhões.

Os principais pilares seriam R\$ 33 bilhões de fundos constitucionais, R\$ 17,7 bilhões de leis de incentivos fiscais (como a Rouanet) e depósitos à vista e R\$ 50 bilhões do fundo de patrimônio imobiliário (a União concedeu lotes e imóveis ao ministério para que sejam cedidos à iniciativa privada).

A meta de R\$ 100 bilhões é cerca de o dobro do orçamento anual de todas as 63 instituições federais de ensino em 2019 (R\$ 49,6 bilhões). As mudanças estão abertas para consulta pública até 15 de agosto.

Para avaliar o programa Future-se, EXAME conversou com Cláudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Claudia também já atuou também como diretora sênior para educação no Banco Mundial, ministra da Administração Pública e Reforma Estadual, secretária municipal da Educação do Rio de Janeiro e secretária estadual da Cultura em São Paulo.

Ela vê com bons olhos vários aspectos da iniciativa, mas nota que há limites para o espaço que o setor privado pode ocupar dentro do ensino e da pesquisa feitos nas universidades federais.

Veja os principais trechos da entrevista:

EXAME – Qual é a sua análise geral do programa Future-se?

Claudia Costin: As mudanças vão ficar mais claras ao longo do tempo. Mas antes de falar do programa é preciso lembrar que há, de fato, uma série de problemas nas universidades brasileiras,

Elas ainda são um pouco dissociadas das necessidades de desenvolvimento do país, ainda não são suficientemente internacionalizadas e sua gestão também é um pouco corporativista, arcaica e precisa se modernizar. Alguns dos problemas apontados pelo programa Future-se fazem sentido.

A ideia de ter uma organização social (OSs) pode funcionar, uma vez que a Constituição Federal autoriza que serviços que demandam agilidade e investimento, como orquestras, museus e hospitais, por exemplo, possam ter apoio dessas organizações. Alguns elementos do programa vão na direção correta.

Outros, contudo, levantam certo temor sobre suas consequências. Um dos trechos do programa diz que haverá uma organização social para o conjunto de atividades do ensino superior. Isso quer dizer que, eventualmente, as universidades poderão contratar professores no regime CLT.

O que preocupa nesse caso não é o que isso pode mudar na gestão, e sim que em tempos de falas ideológicas, como que as universidades seriam um centro de marxismo cultural, você possa usar esse instrumento para não assegurar pluralidade de vozes. Em democracias do mundo inteiro, as faculdades são espaços de pluralidade de opiniões e ideias, por isso esse ponto é crítico.

Uma das críticas ao programa é que a captação de recursos privados pode interferir no investimento público...

Sim, essa é realmente uma problemática. Precisamos ter certeza se isso não vai desobrigar o poder público do compromisso financeiro. Se dá ênfase à captação de recursos privados, o que em si é positivo. Nos países desenvolvidos, por exemplo, os recursos privados são usados.

Por outro lado há um medo de que isso seja usado para que o Estado seja desobrigado a bancar. Ao contrário do que o senso comum aponta, tanto nos Estados Unidos, quanto na Europa, quem entra com mais dinheiro nas universidades públicas é o governo. Não existe modelo de universidade pública bancada, exclusivamente, por iniciativa privada.

A proposta pode aumentar a desigualdade entre as universidades, na medida que investimentos serem destinados a cursos com maior interesse comercial?

Não tenho medo disso, porque não consigo imaginar que o Brasil vá fechar cursos por questões deficitárias. Meu medo é maior na área da pesquisa do que na do ensino.

Recentemente, o presidente Bolsonaro afirmou que as pesquisas precisam fomentar os

interesses mais urgentes dos contribuintes. Mas muitas das descobertas da ciência foram feitas a partir de pesquisa pura, testando hipóteses financiadas.

A ciência não pode ser controlada; ela é um bem por si mesma. Se o financiamento à pesquisa for só do setor privado corremos um grande risco de, primeiro, não prestarmos atenção às populações mais vulneráveis e, segundo, não darmos a atenção devida à pesquisa pura.

Uma outra proposta do programa são os “naming rights”. No entanto, a medida não deu nem muito certo em estádios de futebol. É possível que funcione em universidades?

A ideia é bem positiva. No Brasil, o Insper nomeou algumas salas de aula com os nomes dos doadores e deu certo. É preciso, claro, estabelecer critérios, como o empresário que doa precisa escolher o nome de um cientista ou se o próprio doador prestou um grande serviço à população.

Sou a favor da metodologia, mas não para a universidade inteira. Pode funcionar para uma sala de aula ou um laboratório, por exemplo.

Qual a sua avaliação sobre os critérios adotados para o Future-se? Há a intenção de usar rankings internacionais, por exemplo.

Eu não sou contra usar comparação com rankings que existem, afinal as nossas universidades deveriam almejar estar entre as boas faculdades do mundo. A questão é que nem todas as universidades brasileiras precisam almejar isso.

No Banco Mundial, eu sempre defendi uma diversidade no ensino superior, com universidades voltadas à pesquisa e outras voltadas aos adultos que querem se inserir no mercado de trabalho.

Mas faz sentido querer mais universidades brasileiras em boas posições em rankings internacionais porque somos a nona maior economia do mundo e precisamos começar a nos ver como tal.

Existe alguma referência internacional positiva do que o programa do MEC está tentando fazer?

Não que eu conheça.

Dessa vez, o anúncio do projeto para as universidades foi feito de forma mais positiva?

Eu não gostei da atitude que o ministro [Weintraub] tomou com a questão do contingenciamento, que levou milhares de estudantes às ruas em protesto.

Dessa vez, ele falou em consulta pública, o que eu vi como muito positivo, apesar da apresentação teatral e futurista que o MEC fez. Apenas 15 dias de consulta é pouco, mas já é um grande avanço.

É possível que ele encontre resistências para conseguir aplicar o Future-se?

Sim, tanto na legislação quanto na opinião popular. O ministro vai ter que se abrir para ouvir e nisso ele vai escutar o que gosta e o que não gosta. Também é preciso lembrar que parte das mudanças que o programa propõe já estão sendo feitas em algumas universidades.

A Universidade de São Paulo, por exemplo, apesar de não ser federal, criou recentemente um conselho consultivo com mais representantes da sociedade civil. A Unicamp criou um parque tecnológico, onde grandes empresas e multinacionais de tecnologia de ponta podem fazer pesquisa junto com os alunos. Mudanças já estão em curso; o que precisamos é pisar no acelerador.

O DIA - RJ - BRASIL

Confira quais áreas podem ser mais afetadas pelo novo corte do governo Governo anuncia corte de R\$ 1,4 bi do orçamento mas, para aprovar a Reforma da Previdência, foram liberados R\$ 1,7 bi em emendas

Rio - A semana começa com uma conta pra lá de esquisita: O governo federal, após liberar R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares na semana da votação da Reforma da Previdência, ontem o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, anunciou um bloqueio de gastos de R\$ 1,44 bilhão no orçamento deste ano. As áreas mais afetadas, segundo o Ministério da Economia, somente serão conhecidas em decreto a ser publicado no próximo dia 5. Mas especula-se que os mais afetados serão: Farmácia popular, investimentos em infraestrutura, bolsas do CNPq, concessão de bolsas de estudo (Capex), Pronatec, emissão de passaportes, fiscalização ambiental (Ibama), bolsas para atletas, aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar, entre outros.

E o que são as tais emendas parlamentares? Elas são despesas obrigatórias liberadas a parlamentares e têm recursos previstos no Orçamento da União. Mas cabe ao presidente liberar as verbas para que deputados e senadores façam investimentos em seus estados e municípios. Segundo especialistas, diante do caixa baixo da União, esse dinheiro poderia ser liberado em outro momento.

O especialista em Direito Administrativo e Constitucional, Manoel Peixinho, que também é professor da PUC-RJ, avalia que a liberação do dinheiro neste momento foi oportunista. "A liberação das emendas parlamentares é obrigatória por lei. São impositivas. Elas estão contempladas na lei orçamentária anual, é obrigatória a liberação dos recursos para as emendas. Mas, infelizmente, elas ainda são usadas como moeda de troca", lamenta.

Contingenciamentos

Em março, o governo já havia anunciado um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para o ano de 2019, justamente para tentar atingir a meta fiscal. Desse total, R\$ 5,8 bilhões foram cortados da Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso motivou protestos em 15 de maio.

No fim de maio, em nova revisão orçamentária, o governo anunciou que, mesmo estimando um PIB mais baixo do que anteriormente, resolveu recompor o orçamento de R\$ 1,587 bilhão (que havia sido alvo de novo bloqueio no início de maio) e liberou R\$ 56 milhões para o Ministério do Meio Ambiente. Para poder fazer isso, utilizou de uma

reserva no orçamento de 2019 - que era de R\$ 5,37 bilhões; caiu, naquele momento, para R\$ 1,562 bilhão.

Segundo o Ministério da Economia, o corte anunciado ontem ocorreu por conta da revisão menor do crescimento da economia. Acrescentou ainda que o objetivo da área econômica, ao conter despesas na peça orçamentária, é tentar atingir a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões fixada para este ano.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

SBPC discute desafios para a ciência e tecnologia no país

Ocorre desde domingo (21), em Campo Grande (MS), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a 71ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Considerado o principal evento de pesquisa acadêmica do país, reúne professores e cientistas das mais diversas regiões. Até sábado (27), a programação inclui apresentação de trabalhos e debates sobre desafios à produção de conhecimento em distintos campos.

O encontro recebe conferências sobre variados assuntos, como impactos da privação do sono, métodos de análise da biodiversidade brasileira, doenças infecciosas em megacidades, cooperativismo no país, uso da robótica como recurso pedagógica em salas de aula e impactos do envelhecimento na assistência à saúde.

Mais de 18 mil pessoas se inscreveram para participar da reunião anual. Há uma média de 14 conferências e 15 mesas-redondas simultâneas a cada dia. Também haverá a apresentação de 688 trabalhos acadêmicos.

Nas áreas abertas ao público, serão realizados 44 minicursos, e estandes apresentam as produções de institutos de pesquisa vinculados ao Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). No sábado (27), último dia do encontro, o evento é aberto a todas as pessoas para que possam visitar a universidade e as exposições. “As crianças que vêm durante a semana e trazem os familiares. É uma forma de criar semente na criança”, disse o secretário-geral da SBPC, Paulo Hoffmann.

Afro e indígena

O encontro conta com um conjunto de atividades voltadas especificamente às populações e temáticas afro-brasileiras e indígenas. Entre os temas das conferências e palestras, estão a preservação das línguas indígenas, os impactos das ações afirmativas na academia e na produção científica, a atuação de intelectuais negras, cosmovisões de povos como os Guarani e os desafios às comunidades quilombolas no caso do acordo de salvaguardas envolvendo a base na cidade de Alcântara (MA).

Política de C&T

Uma parte importante das atividades do encontro é voltada a temas relacionados à área de Ciência e Tecnologia, das formas de produção de conhecimento nas universidades às maneiras de diálogo com a sociedade. Entre as mesas-redondas estão impactos sociais de ciência e tecnologia, perspectiva da pesquisa na pós-graduação e instrumentos de financiamento do setor.

Na abertura da reunião, em cerimônia ontem (21), a situação da C&T perpassou a fala

de representantes de diversos segmentos. O ministro interino da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Julio Semeghini, apresentou iniciativas da pasta, como o programa Ciência na Escola, e defendeu a união das entidades do setor para mostrar a importância da área e para recuperar o orçamento do setor.

“Temos que aproveitar os esforços todos para trabalhar em rede. Vemos aqui uma diversidade muito grande. Que a gente consiga mostrar para os congressistas para voltar a ter uma relação de investimento sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 2%, quando hoje estamos perto de 1%”, disse o ministro.

O presidente da SBPC, Ildeu de Castro Moreira, destacou a importância da realização do evento em um quadro que caracterizou como um “momento difícil, de crise, da ciência brasileira”. “Estamos vivendo cortes acentuados no orçamento. Não podemos deixar de defender a ciência neste momento”, disse, acrescentando que a entidade vai continuar lutando também pela educação pública, gratuita e de qualidade.

A presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Flávia da Silva, também abordou a falta de investimentos no setor, questionando cortes em bolsas de órgãos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. “Capes e CNPq são patrimônios da ciência brasileira e precisam ser preservadas”, defendeu.

topo 

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Artigo : O futuro das Federais

O ideal seria que as universidades deixassem de ser repartições públicas e adquirissem um status legal próprio

O programa Future-se, anunciado pelo MEC para fortalecer a autonomia administrativa e financeira das universidades federais, procura responder a um anseio antigo de dar às instituições maior autonomia e flexibilidade de captação e gestão de recursos orçamentários e de seus bens patrimoniais. Para entender e avaliar o programa, é necessário considerar três aspectos principais: o institucional, o educacional propriamente dito e o financeiro.

O ideal seria que as universidades deixassem de ser repartições públicas e adquirissem um status legal próprio, combinando a flexibilidade da legislação privada com mecanismos que garantam suas funções públicas. O modelo disponível é o das organizações sociais, já adotado pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa) e outras instituições. Ao invés de tentar isso diretamente, o MEC está propondo uma via indireta, que é fazer com que as universidades estabeleçam convênios com organizações sociais existentes ou a serem criadas, que assumiriam parte ou a totalidade de suas funções de gestão, governança e empreendedorismo. Embora a ênfase seja em atividades de pesquisa, é possível dar uma interpretação mais ampla, já que as OS teriam funções gerais de gestão patrimonial e dos planos de ensino, pesquisa e extensão das universidades.

O modelo proposto lembra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que hoje administra a maioria dos hospitais universitários federais. A dúvida é quem comandaria estas organizações, e qual seria seu relacionamento com as reitorias, órgãos departamentais e coordenações de curso. A proposta não deixa claro se cada

universidade teria sua própria OS ou não, mas prevê a criação de um Comitê Gestor para todo o conjunto, que, em última análise, substituiria o próprio Ministério da Educação nas funções de avaliação e controle do sistema.

Apesar da possível abrangência, o programa está destinado, claramente, a uma parte relativamente pequena das universidades, que são as atividades de pesquisa e inovação. Existem hoje cerca de 120 instituições federais de ensino e pesquisa, que atendem cerca de 1,3 milhão de estudantes de graduação e 170 mil de pós-graduação, e mais cerca de 350 mil em cursos de nível médio, sobretudo nos institutos federais.

A **Capes** lista cerca de 3.500 cursos de pós-graduação nas federais, dos quais somente 140 são considerados de nível 7, de padrão internacional, 90% dos quais concentrados em dez instituições. Estas, em princípio, teriam condições de se beneficiar do novo programa, se internacionalizar e atrair recursos competitivos públicos e privados. Os demais cursos de pós-graduação são, preponderantemente, de aperfeiçoamento profissional, nos quais a pesquisa tem importância secundária. Mesmo nas melhores instituições, o grosso da atividade é de ensino. Não fica claro se as universidades que aderissem ao programa deveriam manter duas estruturas separadas, uma de pesquisa e inovação e outra do ensino regular, e qual seria a política do Ministério da Educação para os cursos de graduação de todo o conjunto.

O ministério prevê que o programa poderia captar cerca de R\$ 100 bilhões, o que parece demasiado otimista, tanto em relação à capacidade das universidades de atrair investimentos quanto à disposição do governo de criar incentivos fiscais e disponibilizar recursos próprios. Hoje, o sistema federal custa cerca de R\$ 60 bilhões anuais, dos quais 90% em salários e aposentadorias. Então, os novos recursos seriam “dinheiro novo”, o que seria bem-vindo, havendo a preocupação, no entanto, que isso leve a uma redução ainda maior do financiamento regular de custeio e investimentos. Além disso, fica em aberto a questão de se as universidades estaduais e privadas teriam acesso a estes fundos.

topo 

G1 - TEMPO REAL

Aluna da Ufopa recebe menção honrosa na USP por pesquisa sobre redes sociais e movimento antivacina

Ronize Branches é graduanda de farmácia e foi escolhida com mais 19 estudantes do Brasil para participar de evento científico em São Paulo.

Representante da região em evento científico nacional, uma graduanda do curso de farmácia da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) recebeu menção honrosa da Universidade de São Paulo (USP) pela pesquisa sobre redes sociais e o movimento antivacina.

O evento “II Escola de Inverno em Assistência Farmacêutica e Farmácia Clínica” foi realizado em Ribeirão Preto (SP), de 15 a 20 de julho. Ronize Branches foi convidada com mais 19 universitários do curso de farmácia de várias partes do Brasil para participar de palestras e atividades práticas.

Os temas abordados no encontro foram Educação Farmacêutica; Gestão Farmacêutica; Cuidado Farmacêutico na Atenção Primária; Cuidado Farmacêutico em Ambiente Hospitalar; Cuidado Farmacêutico em Populações Especiais.

Graduanda do último semestre na Ufopa, Ronize apresentou o trabalho intitulado “Redes sociais e o movimento antivacina: mitos e evidências científicas”, no qual são feitas avaliações de publicações divulgadas sobre imunização e efeitos nocivos à saúde em uma rede social. Essas publicações foram relacionadas com dados da literatura científica.

A pesquisa

A ideia da pesquisa surgiu devido à observação da interferência que o mau uso das redes sociais causa à execução de políticas públicas, como as campanhas de imunização. Através do movimento de pessoas contrárias às vacinas, são difundidas informações sobre possíveis efeitos indesejáveis, que culminam com a baixa adesão e geram consequências como baixa cobertura vacinal e surgimento de doenças até então erradicadas no Brasil.

No estudo, foram coletadas mais de 900 postagens em uma rede social. Dentre as informações difundidas, estão, por exemplo, postagens que dizem que a vacina MMR pode causar autismo. Conhecida como “tríplice viral”, a vacina protege contra sarampo, caxumba e rubéola. No levantamento, também foram identificadas postagens que dizem que a vacina do HPV causa câncer de útero e paralisia.

Cada postagem foi avaliada quanto à veracidade das informações, com base em artigos científicos. Para essa etapa, foi utilizada a base de dados “Web of Science”, de livre acesso através do Portal de Periódicos **Capés**.

A conclusão do trabalho reforça que as informações difundidas sobre os efeitos indesejáveis das vacinas não apresentam rigor científico e podem impactar na baixa cobertura vacinal observada atualmente em inúmeros estados brasileiros.

topo ↕

PANORAMA FARMACEUTICO - TEMPO REAL

Com PIB minguando, governo corta mais R\$ 1,44 bilhão no Orçamento

Governo

O governo anunciou na segunda-feira (22) mais um bloqueio de R\$ 1,44 bilhão em gastos no Orçamento. Fez isso depois de ser obrigado, mesmo com tantas evidências, a revisar a expectativa de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e engolir que sua política entreguista segue empurrando a economia do país ladeira abaixo.

Veja também: <https://panoramafarmaceutico.com.br/2019/05/29/a-queda-do-pib-nao-desanima-o-comercio-externo/>

Eles iniciaram o atual governo alardeando uma expectativa fantasiosa de crescimento de 2,7% do PIB em 2019. Logo veio o Ipea, órgão de pesquisa do próprio governo e, em sua Carta de Conjuntura, revisou o crescimento do PIB para 2%. O Banco Central também reduziu a expectativa no seu Relatório Trimestral de Inflação, de 2,48% em fevereiro para apenas 0,80% em julho. O boletim Focus, usado pelo BC para fazer projeções, reduziu 20 vezes seguidas a sua previsão e já aponta alta do PIB de apenas 0,81%.

Governo

O Itaú Unibanco e o Bradesco também pioraram as estimativas e previram a queda na economia no primeiro trimestre. O Itaú divulgou suas expectativas para o PIB de queda

de 0,1% para 0,2% no primeiro trimestre.

Os bancos acertaram suas previsões para o primeiro trimestre (-0,2%). Agora, eles já trabalham com PIB anual menor que 1% em 2019.

Com a inépcia do governo, que só toma medidas recessivas, o Tesouro arrecada cada vez menos do que se previa em impostos. O resultado do desastre são cortes e mais cortes no orçamento.

Em março, com três meses de governo, e com as expectativas já começando a desabar, o Planalto havia anunciado um contingenciamento de R\$ 29,7 bilhões em despesas previstas para o ano de 2019. Desse total, R\$ 5,8 bilhões foram cortados da Educação, R\$ 5,1 bilhões na Defesa e R\$ 2,9 bilhões em emendas parlamentares. Isso motivou protestos gigantescos de estudantes e professores em 15 de maio.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o piso para os gastos públicos, para que não ocorra o caos generalizado, deve ficar acima de R\$ 75 bilhões. Os gastos discricionários (não obrigatórios) estão bem próximos disto, em R\$ 87,41 bilhões em 2019.

O bloqueio anunciado só não foi maior porque o governo utilizou a parte de uma chamada “reserva orçamentária” – ou seja, valores que ainda não haviam sido liberados para gastos. Foram utilizados R\$ 809 milhões dessa reserva. Devido aos contingenciamentos de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimados para este ano são os menores desde 2008, quando começou a série histórica do Tesouro Nacional, em todas as áreas, não somente para Educação.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não quis informar quais áreas do governo sofrerão com os novos cortes. Segundo ele, o detalhamento sobre o bloqueio nos gastos será divulgado somente no final deste mês, por meio de decreto presidencial.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios até agora, estão:

- Investimentos em infraestrutura;
- Ações de defesa agropecuária;
- Bolsas do CNPq;
- Concessão de bolsas de estudo (**Capés**);
- Pronatec;
- Emissão de passaportes;
- Farmácia popular;
- Fiscalização ambiental (Ibama);
- Bolsas para atletas;
- Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
- Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

**Governo trabalha para evitar paralisação de serviços, diz secretário
Ministério pretende manter gastos discricionários em R\$ 97,6 bi**

Apesar do novo contingenciamento (bloqueio de verbas) de R\$ 1,44 bilhão, o governo trabalha para evitar a interrupção de serviços públicos, disse hoje (22) o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Segundo ele, as despesas discricionárias (não obrigatórias) podem ser elevadas antes do fim do ano, caso o Congresso Nacional aprove a reforma da Previdência, encaminhe a reforma tributária e o governo conclua a liberação do mercado do gás.

Embora o Orçamento Geral da União deste ano tenha sido aprovado com R\$ 126 bilhões de despesas discricionárias, o valor caiu para R\$ 97,6 bilhões no relatório divulgado hoje (22) e cairá para R\$ 96,2 bilhões na próxima revisão do documento, no fim de setembro, depois do contingenciamento anunciado nesta segunda-feira. O secretário admitiu que alguns ministérios e órgãos federais de menor porte poderão ter dificuldades se o montante de gastos não obrigatórios continuar nesse nível.

“O relatório é fidedigno. Somos transparentes. Qual é a real situação? Vários ministérios têm insuficiência de recursos até dezembro. Por isso mesmo, nossa atenção e zelo para que isso não ocorra”, disse o ministro.

Dos R\$ 96,2 bilhões, o valor efetivamente disponível para ser gasto pelos ministérios corresponde a R\$ 86 bilhões. Isso porque R\$ 10,2 bilhões dos gastos não obrigatórios estão destinados a reforçar o capital de empresas estatais federais. “O montante [de gastos discricionários] é muito baixo. Nossa intenção é que esse valor seja recomposto ou mantido nesse patamar. Se não tivermos despesas discricionárias suficientes, teremos problemas de execução do Orçamento em alguns órgãos do Executivo. Nosso esforço é trazer medidas que levem à reativação da economia”, explicou Rodrigues.

O secretário disse que, caso a reforma da Previdência seja aprovada na Câmara em segundo turno no início de agosto, o próximo relatório pode diminuir o contingenciamento caso as expectativas para a economia melhorem e a previsão de receitas da União aumente. “A reforma da Previdência, a reforma tributária, a liberação do mercado de gás e medidas para o saneamento devem melhorar a própria sensibilização às receitas e afetá-las positivamente”, disse.

Emendas

Sobre a liberação de R\$ 3 bilhões de gastos decorrente do acordo para aprovar a alteração na regra de ouro (trava para a dívida pública) e a promessa de liberação de R\$ 2,5 bilhões em emendas parlamentares antes da aprovação em primeiro turno da reforma da Previdência, o secretário especial adjunto de Fazenda, Esteves Colnago, não explicou se o governo chegou a liberar os valores. Segundo ele, o Poder Executivo monitora o Orçamento por ministérios e programas, não por gastos com emendas parlamentares.

“O que recebemos são ofícios dos ministérios para atender a demandas orçamentárias de programas para os quais faltam recursos. O conjunto de demandas é grande, atendendo conforme decisões do governo respeitando meta fiscal, teto de gastos e regra de ouro”, declarou.

Reservas

O contingenciamento anunciado hoje poderia ser maior se o governo não tivesse zerado uma reserva de emergência para atender a imprevistos e gastos de última hora dos

ministérios. O colchão começou com R\$ 5,37 bilhões, caindo para R\$ 1,562 bilhão no fim de maio.

Nos últimos dois meses, o governo queimou cerca de R\$ 800 milhões da reserva nas seguintes ações: R\$ 310 milhões no Programa Minha Casa, Minha Vida, R\$ 280 milhões para obras na Bacia do São Francisco e em outras bacias hídras, R\$ 150 milhões para a educação básica, R\$ 9,6 milhões para a segurança da Copa América e R\$ 1,4 milhão para a manutenção da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Os R\$ 809 milhões que haviam sobrado foram usados hoje, para diminuir o contingenciamento, que ficaria em R\$ 2,252 bilhões sem a utilização do colchão emergencial.

Edição: Fábio Massalli

topo ↕

JM ONLINE - SP - TEMPO REAL

Devido a expectativa de PIB menor, governo anuncia bloqueio de R\$ 1,44 bilhão no orçamento

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008

O Ministério da Economia revisou novamente a expectativa de crescimento da economia neste ano para baixo. Devido a essa projeção foi anunciado segunda-feira (22) um novo bloqueio de gastos de R\$ 1,44 bilhão no orçamento deste ano.

Neste domingo (20), o presidente Bolsonaro já havia alertado que poderia ser feito um novo contingenciamento, no valor de R\$ 2,5 bilhões.

O bloqueio anunciado nesta segunda-feira só não foi maior porque o governo utilizou a parte de uma chamada "reserva orçamentária" – ou seja, valores que ainda não haviam sido liberados para gastos. Foram utilizados R\$ 809 milhões dessa reserva.

O objetivo da área econômica, ao conter despesas na peça orçamentária, é tentar atingir a meta de um déficit primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões fixada para este ano.

O crescimento menor da economia gera uma arrecadação de impostos menor que a prevista. Isso faz com que o governo tenha mais dificuldade para cumprir a meta fiscal. Por isso, o governo bloqueia despesas no orçamento.

Devido à retenção de verbas orçamentárias, os recursos para custeio e investimentos estimada para este ano são os menores desde 2008.

Entre os gastos não obrigatórios, afetados pelos bloqueios, estão:

- Investimentos em infraestrutura;
- Ações de defesa agropecuária;
- Bolsas do CNPq;
- Concessão de bolsas de estudo (**Capex**);
- Pronatec;
- Emissão de passaportes;
- Farmácia popular;
- Fiscalização ambiental (Ibama);

- Bolsas para atletas;
- Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
- Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

*Com informações G1

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Governo trabalha para evitar paralisação de serviços, diz secretário

Apesar do novo contingenciamento (bloqueio de verbas) de R\$ 1,44 bilhão, o governo trabalha para evitar a interrupção de serviços públicos, disse hoje (22) o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Segundo ele, as despesas discricionárias (não obrigatórias) podem ser elevadas antes do fim do ano, caso o Congresso Nacional aprove a reforma da Previdência, encaminhe a reforma tributária e o governo conclua a liberação do mercado do gás.

Embora o Orçamento Geral da União deste ano tenha sido aprovado com R\$ 126 bilhões de despesas discricionárias, o valor caiu para R\$ 97,6 bilhões no relatório divulgado hoje (22) e cairá para R\$ 96,2 bilhões na próxima revisão do documento, no fim de setembro, depois do contingenciamento anunciado nesta segunda-feira. O secretário admitiu que alguns ministérios e órgãos federais de menor porte poderão ter dificuldades se o montante de gastos não obrigatórios continuar nesse nível.

“O relatório é fidedigno. Somos transparentes. Qual é a real situação? Vários ministérios têm insuficiência de recursos até dezembro. Por isso mesmo, nossa atenção e zelo para que isso não ocorra”, disse o ministro.

Dos R\$ 96,2 bilhões, o valor efetivamente disponível para ser gasto pelos ministérios corresponde a R\$ 86 bilhões. Isso porque R\$ 10,2 bilhões dos gastos não obrigatórios estão destinados a reforçar o capital de empresas estatais federais. “O montante [de gastos discricionários] é muito baixo. Nossa intenção é que esse valor seja recomposto ou mantido nesse patamar. Se não tivermos despesas discricionárias suficientes, teremos problemas de execução do Orçamento em alguns órgãos do Executivo. Nosso esforço é trazer medidas que levem à reativação da economia”, explicou Rodrigues.

O secretário disse que, caso a reforma da Previdência seja aprovada na Câmara em segundo turno no início de agosto, o próximo relatório pode diminuir o contingenciamento caso as expectativas para a economia melhorem e a previsão de receitas da União aumente. “A reforma da Previdência, a reforma tributária, a liberação do mercado de gás e medidas para o saneamento devem melhorar a própria sensibilização às receitas e afetá-las positivamente”, disse.

Emendas

Sobre a liberação de R\$ 3 bilhões de gastos decorrente do acordo para aprovar a alteração na regra de ouro (trava para a dívida pública) e a promessa de liberação de R\$ 2,5 bilhões em emendas parlamentares antes da aprovação em primeiro turno da reforma da Previdência, o secretário especial adjunto de Fazenda, Esteves Colnago, não explicou se o governo chegou a liberar os valores. Segundo ele, o Poder Executivo monitora o Orçamento por ministérios e programas, não por gastos com emendas parlamentares.

“O que recebemos são ofícios dos ministérios para atender a demandas orçamentárias de programas para os quais faltam recursos. O conjunto de demandas é grande, atendendo conforme decisões do governo respeitando meta fiscal, teto de gastos e regra de ouro”, declarou.

Reservas

O contingenciamento anunciado hoje poderia ser maior se o governo não tivesse zerado uma reserva de emergência para atender a imprevistos e gastos de última hora dos ministérios. O colchão começou com R\$ 5,37 bilhões, caindo para R\$ 1,562 bilhão no fim de maio.

Nos últimos dois meses, o governo queimou cerca de R\$ 800 milhões da reserva nas seguintes ações: R\$ 310 milhões no Programa Minha Casa, Minha Vida, R\$ 280 milhões para obras na Bacia do São Francisco e em outras bacias hídricas, R\$ 150 milhões para a educação básica, R\$ 9,6 milhões para a segurança da Copa América e R\$ 1,4 milhão para a manutenção da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Os R\$ 809 milhões que haviam sobrado foram usados hoje, para diminuir o contingenciamento, que ficaria em R\$ 2,252 bilhões sem a utilização do colchão emergencial.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Especialistas defendem dados de monitoramento da Amazônia divulgados pelo Inpe

Bolsonaro disse que quer ter acesso prévio aos índices de desmate para não ser pego de calças curtas

SÃO PAULO - A comunidade científica do Brasil e especialistas em sensoriamento remoto e avaliação do desmatamento vem se manifestando desde domingo em defesa dos dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). E da transparência dessa informação como a melhor forma de combater o problema.

Nesta segunda-feira, 22, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que quer acesso aos dados de desmatamento da Amazônia antes de eles serem divulgados para não ser "pego de calças curtas". Ele criticou o que considera uma quebra de "hierarquia e disciplina" e voltou a dizer que a divulgação das informações pode causar um "enorme estrago para o Brasil".

A declaração foi dada em meio a uma série de críticas que o presidente tem feito desde sexta-feira ao Inpe, órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e responsável, entre outras coisas, por monitorar o desmatamento na Amazônia e oferecer a taxa oficial de perda anual da floresta.

"Os dados do Inpe são respeitados e inquestionáveis. É consenso na comunidade internacional de que o sistema de monitoramento da Amazônia é de excelência", comentou o pesquisador Gilberto Câmara, ex-diretor do Inpe (entre 2006 e 2013) e hoje diretor do secretariado do Grupo de Observações da Terra (GEO).

O GEO é um organismo intergovernamental, ligado às Nações Unidas, de uso de dados de observação da Terra para monitoramento das condições do planeta. Basicamente todo mundo que trabalha com imagens de satélites está reunido ali. "O respeito a essas informações se dá justamente porque são abertas e podem ser checadas por outras

instituições internacionais."

"Os países que contribuem com o Fundo Amazônia entendem os dados do Inpe como a referência (para atestar se o desmatamento caiu) e para pagar pelos resultados", complementou Câmara. "Sem um dado oficial de credibilidade para atestar a situação do combate ao desmatamento na Amazônia, como o Fundo Amazônia poderá ter continuidade?", questiona o pesquisador.

Câmara lembrou que o trabalho do Inpe em monitorar o desmatamento surgiu em 1988 depois que o Banco Mundial divulgou um relatório alertando que o Brasil estava desmatando cerca de 80 mil km² por ano. "Foi aí que o Prodes começou a verificar e calculou algo em torno de 20 mil km². Ainda assim era altíssimo, mas 1/4 do que o governo estava falando", conta. "Se o governo parar com os dados do Inpe, quem vai ter credibilidade para contestar qualquer outro dado que surgir lá fora?"

O pesquisador Raoni Rajão, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que trabalha com sensoriamento remoto, lembra que houve tentativas de outros presidentes de controlar a regularidade de publicação dos dados do Inpe em momentos de crise. "Nos anos 1990 e até o início dos anos 2000, a divulgação dos dados era mais restritiva. Passavam pela presidência e, inclusive, pela área militar do governo. É uma queda de braço que não é inédita", afirma.

"Mas hoje o Inpe é reconhecido internacionalmente como fonte confiável de dados por causa de sua transparência", diz o cientista. Para ele, levar a medida adiante é jogar fora um trabalho de décadas. "Como consequência, o mercado buscará outras fontes de dados produzidas por ONGs ou instituições estrangeiras poderão se tornar o novo parâmetro para julgar o desmatamento no Brasil."

"Assim como os dados de todos os levantamentos do IBGE, dados de monitoramento de desmatamentos nos biomas brasileiros devem ser divulgados publicamente, pois podem guiar políticas públicas de controle de desmatamentos ilegais - que são a grande maioria na Amazônia - e também orientar o setor privado responsável", comentou o climatologista Carlos Nobre, um dos principais especialistas em mudanças climáticas do País.

"Em ciência, os dados podem ser questionados, porém sempre com argumentos científicos sólidos, e não por motivações de caráter ideológico, político ou de qualquer outra natureza. Desmerecer instituições científicas da qualificação do Inpe gera uma imagem negativa do País e da ciência que é aqui realizada. Reafirmamos nossa confiança na qualidade do monitoramento do desmatamento da Amazônia realizado pelo Inpe, conforme a carta anteriormente enviada ao Presidente da República, e manifestamos nossa preocupação com as ações recentes que colocam em risco um patrimônio científico estratégico para o desenvolvimento do Brasil e para a soberania nacional", destacou a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em manifesto apresentado no domingo.

A Sociedade Brasileira de Física (SBF) também divulgou nota em apoio ao Inpe e a seu diretor, Ricardo Galvão. "O presidente colocou em dúvida, de forma leviana, não apenas os dados científicos obtidos pelo Inpe como também a idoneidade do seu diretor, Ricardo Galvão." Na sexta-feira, Bolsonaro disse à imprensa estrangeira que os dados

que vêm mostrando alta no desmatamento são "mentirosos" e que Galvão está "a serviço de alguma ONG".

Em nota divulgada em seu site, a SBF lembrou que "as atividades experimentais sempre foram um ponto forte do Inpe", que "trabalha em colaboração com a Nasa e outras organizações nacionais e estrangeiras". A entidade destaca que "a história de grandes iniciativas do Inpe traduz a sua capacidade em dar respostas científicas às demandas da sociedade e dos desafios científicos e tecnológicos".

Quanto a Galvão, a SBF disse que "questionar sua postura ética é não apenas um ataque a todos os pesquisadores altamente qualificados no Inpe, mas também um ataque à ciência e tecnologia no Brasil. Somam-se a esta declaração irresponsável do presidente os recentes ataques às universidades públicas e os recentes cortes de recurso para educação, ciência e tecnologia no Brasil".

A sociedade disse ainda que "de fato, o desmatamento da Amazônia traz um grande prejuízo para a imagem do Brasil no exterior". Mas, na visão da SBF, "este desgaste não será revertido com a omissão na divulgação de dados científicos, mas sim através de políticas de desenvolvimento sustentável para a região, que preservem a Amazônia para as futuras gerações de brasileiros. Atribuir este problema internacional à obtenção e divulgação das informações pelo Inpe é como tentar curar a febre quebrando o termômetro."

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo trabalha para evitar paralisação de serviços, diz secretário

Apesar do novo contingenciamento (bloqueio de verbas) de R\$ 1,44 bilhão, o governo trabalha para evitar a interrupção de serviços públicos, disse hoje (22) o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues. Segundo ele, as despesas discricionárias (não obrigatórias) podem ser elevadas antes do fim do ano, caso o Congresso Nacional aprove a reforma da Previdência, encaminhe a reforma tributária e o governo conclua a liberação do mercado do gás.

Embora o Orçamento Geral da União deste ano tenha sido aprovado com R\$ 126 bilhões de despesas discricionárias, o valor caiu para R\$ 97,6 bilhões no relatório divulgado hoje (22) e cairá para R\$ 96,2 bilhões na próxima revisão do documento, no fim de setembro, depois do contingenciamento anunciado nesta segunda-feira. O secretário admitiu que alguns ministérios e órgãos federais de menor porte poderão ter dificuldades se o montante de gastos não obrigatórios continuar nesse nível.

"O relatório é fidedigno. Somos transparentes. Qual é a real situação? Vários ministérios têm insuficiência de recursos até dezembro. Por isso mesmo, nossa atenção e zelo para que isso não ocorra", disse o ministro.

Dos R\$ 96,2 bilhões, o valor efetivamente disponível para ser gasto pelos ministérios corresponde a R\$ 86 bilhões. Isso porque R\$ 10,2 bilhões dos gastos não obrigatórios estão destinados a reforçar o capital de empresas estatais federais. "O montante [de gastos discricionários] é muito baixo. Nossa intenção é que esse valor seja recomposto ou mantido nesse patamar. Se não tivermos despesas discricionárias suficientes, teremos problemas de execução do Orçamento em alguns órgãos do Executivo. Nosso esforço é trazer medidas que levem à reativação da economia", explicou Rodrigues.

O secretário disse que, caso a reforma da Previdência seja aprovada na Câmara em segundo turno no início de agosto, o próximo relatório pode diminuir o contingenciamento caso as expectativas para a economia melhorem e a previsão de receitas da União aumente. "A reforma da Previdência, a reforma tributária, a liberação do mercado de gás e medidas para o saneamento devem melhorar a própria sensibilização às receitas e afetá-las positivamente", disse.

Emendas

Sobre a liberação de R\$ 3 bilhões de gastos decorrente do acordo para aprovar a alteração na regra de ouro (trava para a dívida pública) e a promessa de liberação de R\$ 2,5 bilhões em emendas parlamentares antes da aprovação em primeiro turno da reforma da Previdência, o secretário especial adjunto de Fazenda, Esteves Colnago, não explicou se o governo chegou a liberar os valores. Segundo ele, o Poder Executivo monitora o Orçamento por ministérios e programas, não por gastos com emendas parlamentares.

"O que recebemos são ofícios dos ministérios para atender a demandas orçamentárias de programas para os quais faltam recursos. O conjunto de demandas é grande, atendendo conforme decisões do governo respeitando meta fiscal, teto de gastos e regra de ouro", declarou.

Reservas

O contingenciamento anunciado hoje poderia ser maior se o governo não tivesse zerado uma reserva de emergência para atender a imprevistos e gastos de última hora dos ministérios. O colchão começou com R\$ 5,37 bilhões, caindo para R\$ 1,562 bilhão no fim de maio.

Nos últimos dois meses, o governo queimou cerca de R\$ 800 milhões da reserva nas seguintes ações: R\$ 310 milhões no Programa Minha Casa, Minha Vida, R\$ 280 milhões para obras na Bacia do São Francisco e em outras bacias hídricas, R\$ 150 milhões para a educação básica, R\$ 9,6 milhões para a segurança da Copa América e R\$ 1,4 milhão para a manutenção da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Os R\$ 809 milhões que haviam sobrado foram usados hoje, para diminuir o contingenciamento, que ficaria em R\$ 2,252 bilhões sem a utilização do colchão emergencial.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Moral e cívica divide a Justiça

Conselho Especial do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios não chega a consenso sobre constitucionalidade da lei que prevê a inclusão da disciplina nas escolas. Dois magistrados serão convocados em sessão ainda a ser marcada

A polêmica sobre a inclusão do conteúdo "educação moral e cívica" na grade curricular dos ensinos infantil e fundamental das escolas da capital chegou ao Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT). Com placar apertado, os desembargadores adiaram, ontem, a decisão sobre a constitucionalidade da lei, que resgata o tema lecionado em dois regimes autoritários da história do país.

Nove magistrados posicionaram-se pela derrubada da legislação, de autoria do ex-distrital Raimundo Ribeiro, e oito a consideraram válida. O desembargador Romeu

Gonzaga julgou o texto inconstitucional em partes. Devido ao debate acirrado, o presidente da Corte, Romão Cícero Oliveira, decidiu convocar mais dois magistrados para a discussão, em outra sessão, ainda sem data marcada.

A ação direta de inconstitucionalidade (ADI) analisada pelo colegiado é de responsabilidade da Procuradoria do Distrito Federal. Em sustentação oral, a procuradora Carla Gonçalves Lobato avaliou que o texto apresenta inconsistências formais e materiais. “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabeleceu que a base comum, firmada pela União, deve ser complementada apenas por temas exigidos pelas características regionais e locais da região. Não é o caso da educação moral e cívica”, pontuou.

A procuradora acrescentou que, mesmo se o conteúdo pudesse ser introduzido à grade por lei local, a competência para a elaboração da matéria seria de um órgão técnico, e a apresentação, responsabilidade do Executivo. O Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) defendeu a constitucionalidade do texto.

Relatório

Na contramão das alegações da Procuradoria, o relator da ação, desembargador Getúlio Moraes, argumentou que o autor da matéria, o ex-distrital Raimundo Ribeiro, não invadiu a competência de outros poderes. “A lei não dispõe sobre a organização e o funcionamento do sistema de educação do DF. Restringe-se a inserir um tema de forma transversal em disciplinas existentes na base curricular comum. Portanto, não se vislumbra a usurpação de competência do governador ou de instâncias administrativas”, defendeu.

O desembargador Cruz Macedo abriu a divergência. “A lei não cria uma disciplina, mas obriga o DF a capacitar professores para a inclusão do tema na grade. Dessa forma, o texto impõe obrigações ao poder Executivo, ferindo a Lei Orgânica. Além disso, há criação de despesas, também em desconformidade com a legislação”, justificou ao votar pela inconstitucionalidade da norma.

Para o magistrado Jesuíno Reissato, a validação da lei criaria um precedente preocupante. “Abre margem para que deputados, por razões religiosas ou ideológicas, por exemplo, incluam novos conteúdos da grade, em desconformidade com as diretrizes e bases que devem nortear o ensino”, alertou.

Em julho de 2018, o Conselho de Educação do DF barrou a proposta de Raimundo Ribeiro. O órgão técnico alegou que o texto era inconstitucional, e o conteúdo estaria contemplado nas disciplinas existentes. Se a lei for declarada válida e permanecer em vigência, no entanto, outros governos podem resgatar a ideia.

Revistas liberadas

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) manteve a portaria que instituiu o novo Regimento Interno da Rede Pública de Ensino do DF. A norma prevê a possibilidade de a direção de escolas da capital promover vistorias “espontâneas” de pertences de alunos, além de proibir a promoção de campanhas religiosas, político-partidárias ou atividade comercial em colégios.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC quer financiar com verba de cultura pesquisa feita em universidade
Objetivo é captar recurso via Lei Rouanet; terceirização da gestão é mais ampla do que a anunciada
São Paulo

O Ministério da Educação quer que projetos de pesquisa e programas de extensão das universidades federais passem a ser considerados atividades culturais e, com isso, possam ser financiados pela Lei Rouanet.

A medida está prevista em minuta de projeto de lei elaborado pelo MEC para a implantação do programa Future-se. Anunciado na semana passada, ele tem o objetivo de atrair mais recursos privados para as instituições de ensino, que passariam parte da gestão a organizações sociais (OSs).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-quer-financiar-com-verba-de-cultura-pesquisa-feita-em-universidade.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Ministro da Educação quer contratar professor sem concurso em universidades
Weintraub diz ainda que haverá critérios diferentes para instituições terem acesso a verba do Future-se, mas não detalha

Brasília | UOL

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, quer separar o que considera o joio do trigo nas universidades brasileiras. Dois dias depois do anúncio de um novo programa para o ensino superior, Weintraub recebeu o UOL em seu gabinete para explicar pontos do projeto. Segundo ele, o novo projeto trará liberdades e autonomia para as instituições e diz estar aberto ao diálogo com a sociedade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/ministro-da-educacao-quer-contratar-professor-sem-concurso-em-universidades.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC diz repudiar violência após discussão de Weintraub com manifestantes
Bate-boca atraiu mais gente e ministro deixou local sob gritos de fascista

São Paulo

O Ministério da Educação divulgou nota, nesta terça-feira (23), após o bate-boca entre o ministro Abraham Weintraub e manifestantes na noite de segunda-feira, em Alter do Chão, no Pará, onde passa férias com a família.

De acordo com a nota, o MEC "repudia os lamentáveis atos de violência sofridos pela pessoa do ministro da Educação, Abraham Weintraub, e seus familiares. O ministro, que está de férias, jantava com a esposa e seus três filhos (9, 12 e 13 anos de idade) na cidade de Alter do Chão, no Pará, quando foi hostilizado por manifestantes que o constrangeram em praça pública."

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/mec-diz-repudiar-violencia-apos-discussao-de-weintraub-com-manifestantes.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Juiz usa violência do Rio como argumento para tirar guarda de mãe que mora na favela

Há para todos o risco diuturno de morrer, escreveu magistrado em sentença
Rio de Janeiro

Na segunda-feira (22), questionado sobre o assunto em evento no qual apresentou o balanço da segurança no primeiro semestre, o governador Wilson Witzel (PSC) disse que a violência não pode ser o fator principal para retirar a guarda de uma mãe.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/07/juiz-usa-violencia-do-rio-como-argumento-para-tirar-guarda-de-mae-que-mora-na-favela.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

O MEC se move

Após meses à deriva, o Ministério da Educação (MEC) se equilibra e dá sinais de que, para além da balbúrdia ideológica, pretende perseguir o que importa na sua agenda: aumentar a autonomia das universidades federais incentivando a busca de fontes alternativas de financiamento e, concomitantemente, concentrar recursos e esforços na melhora da educação de base.

No início do mês o Ministério anunciou o Compromisso pela Educação Básica. Ainda que por ora seja só isso, um compromisso, ele retoma algumas das melhores políticas de governos anteriores, como os investimentos em escolas de tempo integral, conectividade de internet, construção de creches e formação de professores. Uma semana depois, foi lançado o programa para as universidades federais, denominado Future-se, com três eixos: internacionalização; gestão e empreendedorismo; e pesquisa e inovação. Os recursos virão de um fundo federal e da captação na iniciativa privada, via contratos de cessão, carteiras de investimento e parcerias público-privadas. Para o fundo prevê-se um valor de R\$ 102,6 bilhões, oriundos de fundos constitucionais (R\$ 33 bilhões), incentivos fiscais (R\$ 17,7 bilhões) e, sobretudo, de imóveis da União a serem convertidos em fundos imobiliários (R\$ 50 bilhões). A ideia é que os recursos sejam distribuídos

às universidades com melhor desempenho nos três eixos. A adesão ao programa, que complementa, sem alterar, o modelo de financiamento atual, será opcional.

O MEC destina hoje 60% de seus recursos às universidades federais. Com a recessão, o orçamento está praticamente congelado. As despesas obrigatórias das universidades com pessoal e encargos sociais (de 80% a 90% de seus orçamentos) pressionam cada vez mais o teto de gastos, em detrimento do custeio e investimentos em infraestrutura, inovação, equipamentos e pesquisa. Assim, como disse Simon Schwartzman, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, o programa parece ir na direção certa “ao buscar aumentar a capacidade das universidades de captar e gerenciar recursos, mantendo patrimônios próprios, e estimular as parcerias com o setor privado e a competição por bom desempenho, melhorando as práticas corporativas”.

Contudo, há ainda muito a se definir à medida que avançar a consulta pública e a elaboração do projeto de lei e do orçamento. Por exemplo: quais serão os critérios para a distribuição dos recursos; qual será o incentivo à produção de pesquisas sem valor de mercado; como as universidades menos capacitadas serão qualificadas; o que acontecerá com aquelas que não aderirem?

Um dos desafios será lidar com a heterogeneidade das universidades federais. Muitas que realizam pesquisa de ponta já têm parcerias com a iniciativa privada como as que o governo quer fomentar. Mas há as mais novas e menores, muitas dedicadas quase exclusivamente à formação, com pouco a oferecer à iniciativa privada. Também há contrastes grandes entre universidades tradicionais, que muitas vezes possuem patrimônios imobiliários substanciais, e aquelas que não têm esse tipo de ativo para ser explorado por parceria ou concessão.

Outro risco está na regulamentação das parcerias com organizações sociais e outros entes privados, seja para pesquisas, seja para explorar ou vender ativos das universidades. É preciso que o projeto preveja a possibilidade de conflito de competências e salvaguardas à autonomia administrativa e pedagógica dos conselhos departamentais de cada faculdade. Cabe também ter cautela quanto ao real potencial de arrecadação. Nos EUA, a filantropia aportou às universidades, só em 2018, o equivalente a R\$ 182 bilhões. Mas isso é fruto de uma cultura de séculos, hoje potencializada por incentivos fiscais e estruturas profissionais de captação.

Enfim, a orientação geral do programa é boa, mas está tudo por fazer. Para que tenha sucesso, o MEC precisará se mover, para além da barafunda ideológica, em consonância com o universo acadêmico, a sociedade civil e o Congresso.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

De férias no Pará, ministro da Educação se envolve em discussão com manifestantes

De férias, apesar de estar no cargo há três meses e meio, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, se envolveu em mais uma polêmica anteontem à noite. Ele estava em Alter do Chão, no Pará, com a família, quando bateu boca com manifestantes que faziam um protesto contra sua presença no local. Weintraub chegou a chamar um dos manifestantes de “safado”. Em nota, o Ministério da Educação repudiou o que chamou de “atos de violência” contra o ministro e seus familiares. O descanso de Weintraub, de 20 a 27 de julho, acontece após o anúncio do programa Future-se, no momento em que o MEC tem sido procurado para esclarecer dúvidas sobre a proposta.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Sem diploma e sem professores, mas com muita exigência

Sem ‘aula’ e sem diploma, escola de programação 42 chega ao País

Fundada em Paris, a École 42 chega ao Brasil e seus cursos de programação serão gratuitos. Mas a dedicação tem de ser total: em média, os alunos passam 50 horas por semana resolvendo desafios dados pelos coordenadores.

Fundado por magnata francês, método é apoiado por gigantes do Vale; no Rio e em SP, unidades terão 800 vagas gratuitas

Até o ano passado, Renato Querino tinha o que considerava uma vida “bem encaminhada”. Recém-casado, estava se formando em análise de sistemas e trabalhava havia quatro anos em um grande banco. Tudo mudou quando ouviu falar de uma escola de programação criada na França. Sem professores e sem exigências prévias, a École 42 tinha caído nas graças dos recrutadores das principais empresas de tecnologia, interessados em alunos capazes de aprender código resolvendo desafios. Querino largou o emprego e mudou para o Vale do Silício, onde a escola abriu sua segunda unidade. Tivesse esperado um pouco mais, poderia ter ficado no Brasil: em agosto, duas unidades da École 42 começarão a operar por aqui, no Rio e em São Paulo.

Independentes, as duas unidades poderão receber mais de 800 alunos – serão 450 na capital fluminense e 360 estudantes em São Paulo. O Brasil será o 14.º país a receber a marca, fundada em Paris em 2013. No Vale do Silício, onde estuda Querino, há 1,5 mil pessoas. Assim como em todo o mundo, os cursos da École 42 no País serão gratuitos. Mas a dedicação é alta: na média, os estudantes passam cerca de 50 horas por semana dentro da 42.

“Fico aqui umas 12 a 14 horas por dia. Tem gente que precisa ser lembrado para sair e tomar um banho”, diz Renato Querino. Os depoimentos são similares. “É a coisa mais difícil que já fiz em minha vida, mas entendi que frustração faz parte da formação do programador”, afirma Fernanda Moura, administradora de 44 anos que está no início do programa, também nos EUA. Entre os nomes que apoiam a escola, há gigantes do Vale do Silício, como Jack Dorsey, do Twitter, Brian Chesky, do Airbnb, e até Tony Fadell, o pai do iPod.

Caminho (nada) suave. Querino e Fernanda enfrentam o método heterodoxo da escola, criada para formar engenheiros de software. No lugar de professores, aulas e diplomas, os alunos cumprem desafios de programação. Cada desafio consiste em um módulo – ao todo, são 21 deles, que ficam mais difíceis à medida que o aluno avança. No geral, o curso é completado ao longo de três anos, em uma média de oito horas diárias de estudo.

Entrar na 42 também é um desafio. Em São Paulo, onde as inscrições estão abertas, há três etapas. O primeiro é fazer um teste online: um jogo de memória, ao estilo do Genius. Depois, é preciso participar de uma apresentação. Quem for selecionado vai para um pré-curso de imersão, apelidado de “piscina”.

É ali onde, efetivamente, o aluno mergulha na 42. “Quem faz a piscina precisa de dedicação exclusiva: são sete dias por semana e muitas horas por dia”, diz Karen Kanaan, idealizadora da unidade paulista e ex-diretora da Endeavor Brasil. “Quem trabalha, precisa tirar férias”. Segundo ela, até o momento, metade das 4 mil pessoas que fizeram o teste do Genius passaram à fase seguinte. “Vamos fechar o cerco até selecionar 360 alunos.”

A fundo perdido. “Hoje, a educação francesa não funciona. Está travada entre as universidades

públicas, que não ensinam o que os negócios precisam, e as universidades privadas, que não dão vazão aos talentos dos alunos.” Foi assim que o magnata francês das telecomunicações Xavier Niel definiu, em 2013, porque criou a 42 – o nome vem de

uma piada da série literária *O Guia do Mochileiro das Galáxias*, de Douglas Adams. Não é uma empresa, mas uma fundação privada sem fins lucrativos. Niel diz que não pretende ganhar dinheiro com educação, mas com os estudantes que formar. Estruturou um fundo de R\$ 50 milhões e os aplicou na escola, a fundo perdido.

No Brasil, o sistema será um pouco diferente: as duas unidades vão funcionar como se fossem franquias. Os dois grupos que adquiriram os direitos precisaram reservar recursos para três anos de operação e garantir que nunca cobrarão dos estudantes. No Rio, a conta fechou em R\$ 12 milhões, segundo Hector Gusmão, presidente da aceleradora portuguesa Fábrica de Startups, que lidera a operação por lá. Ele diz conversar com empresas para segurar o financiamento no futuro. “A ideia é atrair quem possa se beneficiar dessa mão de obra”, diz.

Em São Paulo, a iniciativa é tocada por um consórcio de quatro empresários, dentre eles a já citada Karen Kanaan, a fundadora da startup Pluvi.on, Mariana Marcílio, e Guilherme Décourt, ex-sócio do fundo de investimento em capital de risco Monashees. Eles não abrem o investimento, mas fontes próximas calculam um desembolso de R\$ 9 milhões para três anos – as verbas também serão subsidiadas por family offices, pela Fundação Telefônica, pela empresa FS Tecnologia e por Fabio Igel, sócio fundador do Monashees e herdeiro da família que fundou o grupo Ultra.

Vagas. Para Felipe Lamounier, sócio da empresa de educação Startse, o modelo da 42 tem impactado outras escolas pelo mundo. “Elas geram mão de obra para o mercado”, diz. “Estamos necessitando disso.”

É o caso da Praxis, escola de programação que surgiu na Carolina do Sul (EUA) inspirada na 42, há três anos. “Todos alunos que se formaram conosco trabalham”, diz Isaac Morehouse, fundador da Praxis. “O mercado de tecnologia cresce de forma que as universidades não suprem. A graduação está morta.”

Quando a 42 surgiu na França, a taxa de desemprego era de 11% e, segundo Niel na época, havia 60 mil postos vagos em tecnologia. “Em geral, um aluno na França e nos EUA consegue emprego a partir de um semestre de curso”, diz Lamounier. “Os salários para um estagiário da 42 nos EUA é de US\$ 8 mil a US\$ 9 mil, muito acima do mercado”, diz. O Brasil hoje vive situação parecida: segundo o IBGE, há 13 milhões de desempregados. Por outro lado, diz a Associação Brasileira de Startups (Abstartups), o setor tem cerca de 5 mil vagas.

“É estranho. Temos uma explosão de vagas e não achamos funcionários. O que tem, a gente contrata”, diz Matheus Fonseca, responsável pela área de retenção de talentos da Movable, dona de empresas como iFood e Playkids. A empresa espera abrir 500 vagas em tecnologia até o fim do ano e não sabe se preencherá todos os postos. “Nosso sistema de contratação é ágil e, mesmo assim, demoramos de 30 a 45 dias para trazer alguém”, diz.

“Fico de 12 a 14 horas por dia na escola. Tem gente que até precisa ser lembrada para sair e tomar banho.”

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

A política do expurgo

Na segunda-feira, Jair Bolsonaro excluiu todos os representantes da sociedade civil que integravam o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas. A canetada atingiu profissionais que lidam diretamente com o problema da dependência química, como médicos, psicólogos e assistentes sociais. Ficaram apenas ministros e burocratas federais. O presidente disse que o decreto acabará com o “viés ideológico” nos debates. Seria mais correto dizer que acabará com o contraditório. O governo já tinha maioria no conselho, mas era obrigado a ouvir opiniões divergentes. Agora não haverá mais contraponto à visão oficial.

“Estamos vivendo um retrocesso inacreditável”, critica o neurocientista Sidarta Ribeiro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ele define a medida como um “expurgo”, instrumento de regimes autoritários para eliminar o dissenso. “Agora teremos um conselho homogêneo, que só vai dizer o que o governo quer ouvir”, resume. O professor acusa o presidente de jogar a população contra a ciência e as universidades. Ele se diz indignado com o ataque ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que monitora o desmatamento da Amazônia. “Esta retórica agressiva não cabe no cargo que ele ocupa. A gente já passou por muita coisa no Brasil, mas isso é inaceitável”, afirma.

Ribeiro é secretário da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que realiza sua 71ª reunião anual em Campo Grande. O encontro reúne mais de 20 mil participantes e se estende até sábado. No encerramento, deve haver novos protestos contra Bolsonaro e os cortes de verba do setor. “O Brasil está recuando ao mesmo nível de investimento em ciência de 15 anos atrás”, afirma Ribeiro. Ele diz que a penúria tem acelerado a fuga de cérebros para o exterior. “Só no meu laboratório, tenho cinco alunos sem bolsas para estudar. Se não houver um socorro urgente, o CNPq vai parar em setembro. Podemos perder décadas de investimento em inovação”, alerta.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Governo e centrão negociam dois cargos-chave

Comandos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com orçamento de R\$ 55 bilhões, e da Codevasf (R\$ 1,29 bilhão) estão mais próximos de nomes ligados ao DEM e ao PP

A duas semanas do segundo turno da votação da reforma da Previdência na Câmara, o governo deu sinais de que deve atender a nomeações do centrão para cargos do segundo escalão. Estão sobre a mesa da Secretaria de Governo as indicações do engenheiro baiano Maurício Mathias para a presidência da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do advogado Rodrigo Sérgio Dias para o comando do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo quatro interlocutores ouvidos pelo GLOBO que acompanham de perto as negociações, um dos principais articuladores do centrão, o líder do DEM na Câmara, Elmar Nascimento (BA), atua para costurar um consenso em torno da indicação de Mathias. A sugestão do nome dele esbarra em outro interessado.

Candidato derrotado do DEM ao governo da Bahia, José Ronaldo também atuou com o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para assumir o comando da Codevasf. A companhia tem orçamento previsto de R\$ 1,29 bilhão para este ano. Embora aliados reconheçam a negociação, Elmar nega publicamente que fará indicação. Ao GLOBO, o líder do DEM diz ser amigo de infância de Mathias, mas afirma não acreditar que ele saia da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), na qual

exerce a função de diretor. Já a indicação de Rodrigo Sérgio Dias para o FNDE — que tem orçamento de R\$ 55 bilhões — contou com o apoio do PP, do líder da maioria Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Ex-presidente da Funasa no governo de Michel Temer, Dias é primo do secretário de Transportes Metropolitanos de São Paulo, Alexandre Baldy, e do ex-marqueteiro de Temer Elsinho Mouco. Em abril, o nome dele havia sido vetado porque ele respondia a processo de agressão a mulher. Agora, a seu favor na indicação, houve uma decisão favorável na Justiça sobre o caso. No mês passado, o general de brigada Pedro Antonio Fioravante Silvestre Neto quase foi nomeado para a presidência da Codevasf. A indicação, entretanto, perdeu força após o governo abrir a negociação com partidos do centrão. Um dos políticos que mantêm influência na companhia é o presidente do PP, senador Ciro Nogueira.

EXPECTATIVA

Engenheiro, Maurício Mathias supervisiona obras no Conder, órgão estadual na Bahia responsável pela gestão de mobilidade urbana, habitação, urbanismo e saneamento ambiental. Ele já foi assessor de Elmar Nascimento quando este era deputado estadual, há dez anos. Já Rodrigo Sergio Dias foi nomeado este ano na Diretoria Financeira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) de São Paulo. O Tribunal de Contas da União (TCU) investiga sua gestão na Funasa por possíveis irregularidades, como o pagamento de R\$ 100 mil por duas linhas digitadas em programa de computador.

No Congresso, a expectativa é que a liberação de emendas e nomeações de cargos em segundo e terceiro escalões do governo deve ganhar fôlego às vésperas da votação da reforma da Previdência em segundo turno na Câmara. Na semana passada, o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, disse que vai trabalhar para agilizar o processo. — Depois do recesso, eu vou assumir isso aí (distribuição de cargos) e vamos procurar dar celeridade e continuidade ao trabalho que vinha sendo feito — afirmou ao GLOBO o ministro. As nomeações seguem os critérios do decreto do “banco de talentos”, que exige ficha limpa e experiência.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO

A busca de nova missão para o BNDES

A inclusão do termo social em 1982 ao atual nome do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi o prenúncio da importância de uma ação mais direta da instituição para a redução da pobreza e da desigualdade no país. Nesse sentido, é correto o discurso do seu presidente de que o BNDES precisa ser menos banco e mais desenvolvimento.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/opiniao/6362411/busca-de-nova-missao-para-o-bndes>

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

Boa notícia na Educação, após as polêmicas

O governo Bolsonaro começou “cantando pneu” na Educação, para usar uma expressão bem popular. Mas de marcha a ré, tamanho o festival de trapalhadas protagonizado pelo então ministro Ricardo Vélez Rodríguez, que não resistiu aos próprios erros. Eram

notórias sua falta de tato político e mínima capacidade de gestão.

Em três meses à frente do MEC, trocou nomes do 2º escalão sem critérios (ou usando parâmetros no mínimo questionáveis), fez confusão com edital para compra de livros didáticos e causou polêmica ao exigir, em carta a diretores de escolas, que os alunos cantassem o Hino Nacional, em cerimônia gravada. Nesta estapafúrdia ideia, interessante a solicitava ainda que, ao final, possibilidade de uma mensagem fosse lida, encerrando com a citação do slogan oficial do governo.

As lambanças foram grandes e Rodríguez deixou a pasta, substituído por Abraham Weintraub. Economista pela USP, Wein- Superior público traub não ficou atrás, levando no Brasil tensão e ruídos nas primeiras semanas no cargo. Os momentos mais ruidosos, com repercussão bastante negativa nas comunidades docente e discente, foram os contingenciamentos de verbas das universidades, o corte de recursos para bolsistas, bate-bocas com congressistas e a infeliz colocação de que havia “balbúrdia” nos campi, em clara manifestação de preconceito e de visão turva do pensamento democrático. Mas, enfim, uma boa notícia apareceu na semana passada, com o lançamento do programa Future-se, que visa criar ferramentas para o financiamento das universidades federais.

Ainda não há clareza do formato do projeto, mas é bastante interessante a possibilidade de se ampliar as fontes de manutenção e receita do Ensino Superior público a partir de parcerias com a iniciativa privada. O conceito, segundo o MEC, é buscar um modelo híbrido, que possa dar fôlego ao Orçamento e tirar a completa dependência das federais de um caixa único. Uma das ideias é permitir que Organizações Sociais (OS) possam assumir alguns serviços mantidos pelas universidades federais, como museus e laboratórios.

A princípio, sem clareza na informação, reitores e acadêmicos reagiram muito mal à notícia da criação do programa. Havia o temor de um processo inicial de privatização e de cobrança de mensalidades nas universidades. Depois da apresentação capitaneada por Weintraub, parece haver um momento de observação e de expectativa por mais elementos do programa.

O grande mérito do Future-se é, na verdade, a própria ideia, que tira a Educação do marasmo inicial e que pode, a longo prazo, ser um mecanismo interessante de aperfeiçoamento do Ensino Superior.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - ECONOMIA

Senac investe R\$ 73 mi em faculdade

Nova sede será inaugurada amanhã, com 53 salas de aula e 15 laboratórios

A Faculdade Senac inaugura nova sede no Recife amanhã (25), no bairro de Santo Amaro, região central da cidade. O prédio de 22 andares e mais de 22 mil m² de área construída é resultado de um investimento de R\$ 73 milhões, sendo 75% custeado pelo Departamento Nacional do Senac. Entre os ambientes construídos, estão 15 laboratórios, 53 salas de aula, duas salas multifuncionais e espaço para empresa júnior. O prédio ainda dispõe de auditório com 176 lugares e sala de tradução, salão de eventos, três espaços de convivência, incluindo área de jogos e terraço, além de uma biblioteca com salas de estudos individuais e em grupo, e acervo de aproximadamente 16 mil itens.

Os seis primeiros andares do prédio são destinados ao estacionamento, com 375 vagas. A nova estrutura vai comportar inicialmente 6.500 alunos dos cursos técnicos e superiores que antes ocupavam o antigo prédio do Senac na Avenida Visconde de Suassuna. O edifício, de cerca de 40 anos, irá passar por reformas. Atualmente, a Faculdade Senac conta com cinco graduações: bacharelado em administração e os tecnológicos em design de moda, análise e desenvolvimento de sistemas, gestão em recursos humanos e gastronomia.

A instituição oferece ainda pós-graduações nas áreas de educação, eventos, gastronomia, gestão e negócios e design de moda. Com mais de 10 anos de atuação, o Senac conquistou através das avaliações do Enade/MEC, os títulos de melhor curso superior de Design de Moda de Pernambuco e o melhor de Gastronomia do Nordeste. “Vamos entregar uma das faculdades mais modernas do Norte-Nordeste, que já se destacava pela qualidade de seus cursos e agora também pelas suas instalações.

Realizamos uma pesquisa de mercado, desenvolvida pela Ceplan Consultoria, para identificar que cursos têm sinergia com as necessidades do Estado”, afirmou Bernardo Peixoto, presidente do sistema Fecomércio/Sesc/Senac-PE. Com início previsto para o próximo semestre, serão ofertados os novos cursos superiores de tecnologia em estética e cosmética e em design de interiores. Segundo o Senac, todos os alunos contarão com o People & Management LAB, um espaço multifuncional para as práticas de gestão de pessoas e de negócios, que contará com softwares de gestão normalmente utilizados pelo mercado, para aproximar a teoria da realidade empresarial.

A nova Faculdade Senac também vai contar com uma sala de inovação Google, dotada de Chromebooks e ferramentas para construção do conhecimento de forma colaborativa por professores e alunos. Os estudantes do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, lançado no início deste ano, terão, além dos sete laboratórios de TI, um laboratório específico de redes de computadores.

Já a graduação em design de moda contará com novos equipamentos e laboratórios de modelagem tridimensional, de têxtil e desenho, e de confecção e modelagem plana. Na área de gastronomia, o prédio contará com duas cozinhas pedagógicas, uma de panificação e confeitaria, uma de demonstração, além do espaço que simula o fluxo operacional dos restaurantes.

topo 

MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

8ª edição do Cinepsi discute o racismo

O Serviço de Psicologia da Universidade Estadual do Piauí (Uespi) promove nesta sexta-feira (26), às 10h, a 8ª edição do Cinepsi – Psicologia e Mídias Audiovisuais: Processos de Subjetivação do Ser Humano na Contemporaneidade, com a exibição do primeiro episódio da série “Olhos que Condenam”, disponível na Netflix. A sessão será no auditório do NEAD (Núcleo de Educação à Distância), no campus Poeta Torquato Neto.

O evento é destinado a servidores efetivos, funcionários terceirizados, professores e alunos da instituição. Segundo o Farofa Geek, site especializado em analisar filmes e séries, “Olhos que Condenam” é baseada em fatos reais e conta a história de cinco jovens negros acusados de estupro e condenados injustamente pelo crime. Em uma noite

de 1989, cinco adolescentes negros foram ao Central Park com a intenção de se divertir, mas uma triste coincidência aconteceu naquela mesma noite de abril.

Uma corredora branca foi violentamente espancada e estuprada também no Central Park, próximo ao local onde os garotos se divertiam. Ao chegar ao local, a polícia prendeu os jovens e os levou sob custódia. Segundo o membro do Serviço de Psicologia da Uespi, Janailson de Abreu, a série foi escolhida por abordar um tema que precisa ser debatido: o racismo. “A série aborda essa temática e as injustiças cometidas contra a população negra. Através da exibição do episódio, visamos despertar o interesse das pessoas em assistir à série e ter um olhar mais crítico da realidade em que estamos inseridos, promovendo reflexões que visam trabalhar o sentimento de empatia nos participantes”, pontua Janailson.

O Cinepsi é um projeto promovido pelo Serviço de Psicologia da Uespi. Ele tem a intenção de promover quinzenalmente um ciclo de discussões sobre a temática “Psicologia e Mídias Audiovisuais: Processos de Subjetivação do Ser Humano na Contemporaneidade”. O evento tem como objetivo discutir de forma interativa assuntos relacionados à saúde mental com os participantes. O projeto prevê uma série de exposições de filmes, episódios de séries e documentários. Após as projeções, o Serviço de Psicologia realiza uma reflexão a respeito delas e de conteúdos que estão em discussão na contemporaneidade.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Portaria do MEC não tira das federais autonomia de nomear pró-reitores diferentemente de informação que circulou na internet, nomeações de pró-reitores, decanos e diretores de faculdades continuam a cargo de universidades e institutos federais

A Portaria nº 1.373/2019 do Ministério da Educação (MEC), publicada na última quinta-feira (18) no Diário Oficial da União, gerou polêmica, mas, diferentemente do que circulou na internet, não dará mais poder ao ministro Abraham Weintraub sobre as universidades.

O documento passou a valer no lugar da Portaria nº 1.212/2017, que foi revogada, e despertou temor de que pudesse colocar em risco a autonomia de universidades e institutos federais. Circulou em sites a interpretação equivocada de que o MEC passaria a escolher e nomear pró-reitores (ou decanos) e diretores de faculdades, tirando das instituições federais essa liberdade.

No entanto, essa leitura traduz confusão com o linguajar técnico da portaria. Consultado pela reportagem, o MEC esclareceu que as nomeações de cargos de direção e funções gratificadas em universidades e institutos federais continuam sendo de responsabilidade dessas instituições, que não perdem autonomia.

Essas designações não precisam passar pelo MEC nem pela Casa Civil, continuando a cargo das próprias universidades e institutos. Confira nota enviada pelo MEC por e-mail na íntegra:

"O Ministério da Educação esclarece que considerando o disposto o §1º do Art. 2º da Lei nº 9.640, de 25 de maio de 1998 o Ministério da Educação reitera que as nomeações e exonerações dos cargos de direção e funções gratificadas das Universidades e

Institutos Federais são de competência das respectivas instituições e, portanto, não se enquadram na delegação de competência que trata o Art. 4º do Decreto nº 9.794/2019. Os cargos de Reitor e Vice-Reitor continuam obedecendo o disposto na Lei nº 5.540/1968.”

A última legislação citada na nota (Lei nº 5.540/1968) foi revogada pela Lei nº 9.394/1996, com exceção do artigo 16, alterado pela Lei nº 9.192/1995. Essa última é que define as regras para nomeação de dirigentes universitários e estabelece que os diretores de unidades universitárias sejam nomeados pelos reitores.

UnB reitera esclarecimento do MEC

Após consultar a equipe jurídica, a Reitoria da Universidade de Brasília (UnB) chegou à conclusão de que a nova portaria não impactará a rotina da instituição. Em nota enviada por e-mail, a UnB afirmou que “a portaria não muda nada na atual sistemática de nomeação.”

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFTM define nomes para ocuparem as pró-reitorias na nova gestão De acordo com o reitor, foram selecionados aqueles com perfil e experiências profissionais, acadêmicas e no campo administrativo em cada área. Os documentos serão encaminhados ao Ministério da Educação.

A reitoria da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) informou, nesta terça-feira (23), os nomes que serão indicados para ocuparem os cargos de pró-reitores na nova gestão, iniciada em após polêmica envolvendo a escolha do novo reitor. Conforme determina o Decreto 9.794, de maio de 2019, os documentos com as indicações das nomeações serão encaminhados ao Ministério da Educação (MEC).

Conforme estabelecido no decreto, as indicações serão encaminhadas à apreciação da Casa Civil da Presidência da República, por meio do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas (Sinc). Pelo sistema é possível realizar o registro, o controle e a análise de indicações para provimento de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da administração pública federal.

De acordo com o trâmite, as indicações enviadas pelo sistema serão analisadas pela Casa Civil, quando serão verificados o cumprimento dos requisitos legais ou a existência de impedimentos para ingresso no cargo.

O reitor da UFTM, Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo, informou que foi realizado um levantamento em busca de profissionais com competências específicas para cada cargo. A seleção ocorreu após análise técnica dos perfis, levando em conta as experiências profissionais, acadêmicas e no campo administrativo em cada área.

Escolhidos

Os pró-reitores que compõem a equipe são técnicos-administrativos e docentes da UFTM. Alguns deles, inclusive, atuaram como pró-reitores na última gestão e permanecem nas funções. São eles:

Sandra Eleutério Campos Martins, pró-reitora de assuntos comunitários e estudantis (Proace)

Wagner Roberto Batista, pró-reitor de ensino (Proens)

Kedson Palhares, pró-reitor de planejamento (Proplan)

Réa Silvia Kizewsky da Silva, pró-reitora de recursos humanos (PRORH)

Maria Inês Martins, pró-reitora de administração (Proad)

Carlo José Freire de Oliveira, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;

Fabício Aníbal Corradini, pró-reitor de Extensão (Proext).

O perfil completo de cada um pode ser conferido na página da UFTM.

Ainda conforme o reitor, assim que as nomeações forem publicadas, será realizada uma reunião com a equipe no intuito de discutir as ações do Plano de Gestão.

“A ideia é manter aquilo que está dando certo e corrigir aspectos onde encontramos falhas. Uma das questões é desburocratizar os serviços, aproximar as pró-reitorias da comunidade UFTM, um trabalho com foco no usuário e no atendimento”, pontuou o reitor.

Polêmicas

A escolha do novo reitor foi cercada de polêmica, após a chapa derrotada na consulta informal ser indicada pelo presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PSL), para ocupar o cargo.

Em junho de 2018, a Chapa 1 "União e Confiança", formada pelos professores Ana Lúcia de Assis Simões e Luiz Fernando Resende dos Santos Anjo, atual reitor, que foi derrotada na consulta informal, havia enviado uma nota à imprensa informando que entregou à Polícia Federal (PF) e ao Ministério Público Federal (MPF) "documentos, fotos e vídeos apontando indícios de irregularidades na eleição para a nova reitoria".

Na época, o G1 entrou em contato com a Chapa 2 "A UFTM Que Queremos Ser", formada pelos professores Fábio César da Fonseca e Patrícia Maria Vieira, que foi a vencedora da consulta. A Chapa 2 repudiou "a tentativa desesperada de integrantes da chapa derrotada nas urnas em desqualificar o processo eleitoral da UFTM".

Em agosto do mesmo ano, o MPF, por meio do procurador da República Felipe Augusto de Barros Carvalho Pinto, requereu o arquivamento da notícia de fato instaurada para apurar denúncia feita pela Chapa 1 sobre supostas irregularidades na eleição para a reitoria da UFTM.

No documento enviado à Justiça Federal, o procurador da República afirmou que as irregularidades apontadas na representação inexistem, acolhendo as explicações da Comissão Eleitoral de transparência na apuração e na solução de intercorrência no início dos trabalhos em uma das urnas.

Em setembro, a Justiça Federal determinou que a denúncia feita pela Chapa 1 sobre supostas irregularidades na eleição para a reitoria fosse arquivada. A decisão foi do juiz Osmane Antônio dos Santos. O magistrado considerou os apontamentos feito pelo procurador da República e decidiu pelo arquivamento do caso.

“Acolho, por conseguinte, a manifestação do órgão ministerial [...] em razão da atipicidade da conduta para o crime previsto no art. 314 do CP, sem prejuízo do disposto no art. 18 do CPP, se não definitivamente extinta a punibilidade”, afirma o juiz.

O juiz Osmane Antônio dos Santos ainda determinou que a decisão fosse oficiada à Secretaria de Educação Superior, do MEC e à Delegacia de Polícia Federal.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Desde que assumiu, chefe do FNDE viajou, em média, a cada quatro dias
Carlos Decotelli passou por destinos como Salvador, Rio e Recife, entre outros.**

Servidores reclamam de estagnação em projetos e licitações

O professor Carlos Alberto Decotelli da Silva, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), passou 23% do tempo como chefe da pasta viajando. Há 169 dias no cargo — ele foi nomeado em 5 de fevereiro, esteve ausente do órgão 38 vezes.

Nesse período, segundo levantamento do Metrôpoles, com base em dados divulgados pelo Portal da Transparência, o governo federal desembolsou R\$ 67 mil. Decotelli esteve em destinos como Salvador, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Natal, entre outros.

Em média, Decotelli fez um deslocamento a cada quatro dias. Um dos exemplos de viagem do professor é a capital manauara. O governo gastou R\$ 8,7 mil. O titular do FNDE passou três dias em Manaus, entre 25 e 27 abril, participando de uma reunião com integrantes da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas.

A preocupação dos servidores do órgão, responsável pela execução de políticas para a educação básica, é que a “ausência” de Decotelli tem atrasado atividades, como as compras previstas para este ano.

Para se ter ideia das dificuldades, das 22 licitações aguardadas para 2019, nenhuma saiu do papel. As aquisições seriam de material escolar, ônibus, equipamentos para bibliotecas e cozinha, computadores, por exemplo. O Comitê de Compras do FNDE pontua que sequer fez sua primeira reunião do ano, por não conseguir agenda com o presidente da pasta.

Outro prejuízo é ao programa de inteligência artificial, que seria usado para gestão de frota, malha fina e prestação de contas. Anunciado como pronto, traria economia de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.

Contudo, segundo servidores, o projeto não foi finalizado. “Chegou em 2018 com 90% concluído. Agora, de janeiro a julho, não terminamos os 10%”, destaca um técnico do órgão, sob condição de anonimato.

Outro lado

O FNDE justificou, em nota, que as viagens colaboram com a “gestão estratégica” da pasta. “A iniciativa de aproximação com os gestores e técnicos locais se dá por meio de encontros de capacitação e atendimento, promovidos em parceria com as secretarias de Educação dos estados e dos municípios; reuniões técnicas com os secretários e demais gestores educacionais; sempre com vistas a conhecer a realidade das regiões e entender suas demandas”, frisa o texto.

Somente em 2019, de acordo com o órgão, foram realizados encontros em cinco estados, resultando na capacitação e atendimento individualizado a mais de 2,5 mil

gestores e técnicos.

Sobre as licitações paradas, a pasta informou que publicou 10 editais de pregão. “Há, ainda, diversos projetos em fase de planejamento, dos quais destacamos os processos para registro de preços de ônibus do programa Caminho da Escola, computadores do Programa de Inovação Educação Conectada e equipamentos para Salas de Recursos Multifuncionais, cujo edital encontra-se em vias de publicação”, diz trecho do comunicado.

A autarquia garante que o programa de inteligência artificial será usado plenamente agora em agosto. “O projeto vai aprimorar a prestação de contas dos estados e municípios ao FNDE e deve alcançar uma economia de R\$ 3 bilhões para os cofres públicos nos próximos três anos”, conclui a nota.

O Ministério da Educação, órgão superior ao FNDE, não falou sobre o assunto. Nos bastidores, comenta-se que o ministro Abraham Weintraub estaria insatisfeito com o trabalho de Decotelli.

Perfil

Desde o governo de transição, Decotelli era visto na equipe do presidente Jair Bolsonaro (PSL). O educador dava expediente continuamente no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em Brasília.

Decotelli é financista, escritor e professor. Especializado em administração financeira, o chefe do FNDE estudou em instituições como a Bergische Universität Wuppertal, na Alemanha, Universidade Nacional de Rosário, na Argentina, Fundação Getúlio Vargas e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

De férias no Pará, ministro da Educação se envolve em discussão com manifestantes

Mesmo de férias, apesar de estar no cargo há apenas três meses e meio, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, se envolveu em mais uma polêmica na segunda-feira, 22, à noite. Ele estava em Alter do Chão, no Pará, com a família, quando bateu boca com manifestantes que faziam um protesto contra sua presença no local.

Weintraub chegou a chamar um dos manifestantes de “safado”. Em nota, o Ministério da Educação repudiou o que chamou de “atos de violência” contra a pessoa do ministro e seus familiares.

O descanso de Weintraub, de 20 a 27 de junho, acontece após o anúncio do programa Future-se, no momento em que o MEC tem sido procurado para esclarecer dúvidas sobre a proposta. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Cantando na chuva e sem "comunistinhas": os 3 meses de Weintraub no Twitter Weintraub já publicou vídeo em que aparece com guarda-chuva para falar de "fake news" Imagem: Reprodução

No dia 5 de julho, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, revelou a seus seguidores no Twitter que uma "comunistinha" queria que ele a desbloqueasse na rede

social.

"Meu Twitter, minhas regras", sentenciou o ministro, que em seguida explicou o que é necessário para ter acesso ao conteúdo publicado em sua conta: "não pode ser comunistinha e chato ao mesmo tempo (tenho que dar risada quando ler). Mantive o Cocada, o Dragão, a Tiburi e tantos outros...Estou sendo radical?", perguntou aos seguidores. Mais de 14 mil deles decidiram opinar.

O caso narrado por Weintraub é o da professora e antropóloga da UnB (Universidade de Brasília) Debora Diniz, que foi à Justiça para pedir que o ministro a desbloqueie no Twitter. O pedido foi protocolado por um grupo formado por 111 advogadas. Elas argumentam que, como o perfil de Weintraub é usado para divulgar informações públicas, que dizem respeito ao MEC, o bloqueio constitui censura.

Weintraub tem 174,3 mil seguidores. À frente do MEC (Ministério da Educação) desde abril, o ministro estreou sua conta no Twitter no dia 24 de abril --há exatos três meses-- ao retuitar uma postagem do perfil oficial da pasta que falava sobre o Dia Nacional da Libras (Língua Brasileira de Sinais).

Desde então, o ministro vem usando a rede social de forma cada vez mais assídua. Em suas publicações, Weintraub já falou de temas pertinentes ao MEC, como o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e o Sisu (Sistema de Seleção Unificada), apareceu tocando gaita e fez críticas contundentes ao PT.

Com 68 mil curtidas e mais de 112 mil retweets, a postagem que recebeu mais interações em seu perfil é uma comparação à utilização do avião presidencial pelos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT, ao transporte de drogas.

A afirmação foi feita dois dias após a prisão no aeroporto de Sevilha (Espanha) de um militar da Aeronáutica brasileira suspeito de transportar 39 kg de cocaína.

Mas o vídeo que mais viralizou --é uma das postagens de Weintraub mais curtidas-- é o que ele aparece com um guarda-chuva, ao som de "Singin in the Rain" [Cantando na Chuva], para reclamar de uma suposta "chuva de fake news".

O ministro retomou o conceito de "meu Twitter, minhas regras" e mandou avisar que, para quem quiser informação institucional, existe o perfil oficial do MEC.

Na última semana, ele se dedicou a fazer postagens sobre o Future-se, programa governamental para o financiamento das universidades federais, além de críticas ao movimento estudantil --que se mostrou contrário à proposta apresentada para o ensino superior.

Entre as publicações mais recentes, o ministro desabafou ao relatar ter sido hostilizado por pessoas que "dizem defender os direitos humanos". Weintraub, que passa uma semana de férias no Pará, se envolveu em uma discussão com manifestantes na noite de ontem.

Segundo a "Folha de S. Paulo", o ministro foi abordado por ativistas do Engajamundo,

uma rede de jovens organizados pelo Brasil. Weintraub teria reagido ao ser abordado pelos manifestantes e pegado o microfone de músicos que se apresentavam no local, dizendo que estava de férias com a família para então disparar críticas contra o PT, Lula e até Che Guevara.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

De férias no Pará, ministro da Educação se envolve em discussão com manifestantes

São Paulo

Mesmo de férias, apesar de estar no cargo há apenas três meses e meio, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, se envolveu em mais uma polêmica na segunda-feira, 22, à noite. Ele estava em Alter do Chão, no Pará, com a família, quando bateu boca com manifestantes que faziam um protesto contra sua presença no local.

Weintraub chegou a chamar um dos manifestantes de "safado". Em nota, o Ministério da Educação repudiou o que chamou de "atos de violência" contra a pessoa do ministro e seus familiares.

O descanso de Weintraub, de 20 a 27 de junho, acontece após o anúncio do programa Future-se, no momento em que o MEC tem sido procurado para esclarecer dúvidas sobre a proposta. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

